

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
SÃO PAULO
Campus Caraguatatuba

TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS
FERNANDO ALCÂNTARA SOARES DE SOUSA

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MODALIDADES
DE FINANCIAMENTO PARA MICROEMPRESA**

CARAGUATATUBA
2014

FERNANDO ALCANTARA SOARES DE SOUSA

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MODALIDADES
DE FINANCIAMENTO PARA MICROEMPRESA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Instituto Federal de
Educação, Ciências e Tecnologia, como
exigência parcial à obtenção do título de
Tecnólogo em Processos Gerenciais.

Orientador: Prof. Mestre Ricardo Maroni
Neto

CARAGUATATUBA
2014

S731a Sousa, Fernando Alcântara Soares de
Algumas considerações sobre as modalidades de
financiamento para microempresas / Fernando Alcântara Soares
de Sousa. Caraguatatuba, 2014.
64 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Me. Ricardo Maroni Neto.
Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em
Processos Gerenciais) – Instituto Federal de São Paulo,
Caraguatatuba, 2014.

1. Microempresa. 2. Modalidades de Financiamento. 3.
Financiamento para Microempresas. I. Título.

CDD: 332.60981

FERNANDO ALCANTARA SOARES DE SOUSA

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MODALIDADES
DE FINANCIAMENTO PARA MICROEMPRESA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Instituto Federal de
Educação, Ciências e Tecnologia, como
exigência parcial a obtenção do título de
Tecnólogo em Processos Gerenciais.

Orientador: Prof. Mestre Ricardo Maroni
Neto

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Maria do Carmo Cataldi Mutterle

Prof. Mestre Ricardo Maroni Neto

Prof. Rodrigo José Martins de Assis

FERNANDO ALCÂNTARA SOARES DE SOUSA

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MODALIDADES
DE FINANCIAMENTO PARA MICROEMPRESA**

**AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Com base no disposto da Lei Federal nº 9.160, de 19/02/1998, AUTORIZO ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Caraguatatuba - IFSP, sem ressarcimento dos direitos autorais, a disponibilizar na rede mundial de computadores e permitir a reprodução por meio eletrônico ou impresso do texto integral e/ou parcial da OBRA acima citada, para fins de leitura e divulgação da produção científica gerada pela Instituição.

Caraguatatuba-SP, _____/_____/_____

Fernando Alcântara Soares de Sousa

Declaro que o presente Trabalho de Conclusão de Curso, foi submetido a todas as Normas Regimentais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Caraguatatuba IFSP e, nesta data, autorizo o depósito da versão final desta monografia bem como o lançamento da nota atribuída pela Banca Examinadora.

Caraguatatuba-SP, _____/_____/_____

Prof. Mestre Ricardo Maroni Neto

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que me encorajaram neste projeto, primeiramente a minha esposa que sempre me deu apoio e um presente chamado Miguel um filho que me proporcionou mais coragem para enfrentar mais esse desafio e todos os desafios que surgirão na minha vida, a todos os professores dessa instituição que se propuseram a dura lição de formar a primeira turma de nível superior dessa instituição de ensino, a nossa coordenadora do curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, Dr^a. Maria do Carmo Cataldi Mutterle que nos encorajou para concluir esse curso, e aos meus colegas de sala que sempre foram um grande alicerce para mim, em especial meu grupo de trabalho e meu colega in memoriam Felipe Jacinto.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que fizeram parte dessa etapa da minha vida. A Deus que nunca me deixou desamparado. Ao meu orientador, Prof. Mestre Ricardo Maroni Neto, por não ter desistido de mim apesar da demora em concluir esse projeto, por ter me guiado nesta fase final e por ter me incentivado ao longo deste trabalho e que em cada orientação me surpreendia com seus comentários e incentivos, e a sua disponibilidade dando toda a atenção sempre que foi solicitado, contribuindo significativamente para a realização deste projeto. Às Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Cataldi Mutterle e Prof^a. Mestre Marlette Cássia Ferreira pelo suporte nas aulas de Projeto Integrado. A todos, muito obrigado.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire

RESUMO

A participação das micro e pequenas empresas na economia do Brasil é algo notório. Pesquisas recentes mostram que a contribuição delas chega a 20% do PIB – Produto Interno Bruto, de acordo com o divulgado pelo Portal Brasil em 2014, e a quantidade de novas empresas que abrem e depois se fecham por não terem suporte nem conhecimento sobre os financiamentos disponíveis é surpreendente. Com o objetivo de identificar quais instituições financeiras apresentam as melhores condições de financiamento a curto e longo prazo para as microempresas, este trabalho apresenta as definições dos tipos de empresas e suas classificações, os tipos de negócios, o ciclo de vida e as principais causas da mortalidade das empresas. Explana sobre os financiamentos disponíveis que atendem às principais necessidades das microempresas e as taxas aplicadas, fazendo uma comparação entre elas. Por fim, é feita uma análise das necessidades de crédito comparadas com as modalidades disponíveis. A conclusão é que as instituições que apresentam as melhores taxas para financiamento são respectivamente Caixa Econômica Federal e BNDES.

Palavras-chave: Microempresa. Modalidades financeiras. Necessidade de crédito.

ABSTRACT

The participation of micro and small-sized companies in Brazil's economy is palpable. Late researches show that their contribution to the PIB (Brazilian acronym to "Gross Domestic Product") arrives to 20%, according to Portal Brasil (2014). The quantity of new companies that start and soon finish their activities because of the lack of support or even knowledge about financings is astonishing. The goal of this paper is to identify which financial institutions present the most attractive terms of long and short-term financing to micro companies, and, in order to that, presents the types of enterprises and their classification, the kinds of business, the lifecycle and the main causes of companies' mortality. This paper also shows the available finances that answer to micro companies' needs, as well the fees applied, making a comparison between them. Finally, makes an analysis of credit needs compared to the available modalities. The conclusion is that Caixa Econômica Federal and BNDES (Brazilian state-owned banks) are, respectively, the institutions that have the most competitive rates.

Keywords: Micro companies. Financial arrangements. Credit needs.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BB- Banco do Brasil

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEF- Caixa Econômica Federal

CET – Custo Efetivo Total

CNI- Confederação Nacional da Indústria

EI – Empreendedor Individual

EPP – Empresas de Pequeno Porte

FGO – Fundo de Garantia de Operações

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FNE – Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

LTN – Letras do Tesouro Nacional

ME – Microempresa

MPE – Micros e Pequenas Empresas

MPME – Micro, Pequena e Médias Empresas

MPO – Microcrédito Produtivo Orientado

NCG – Necessidades de Capital de Giro

PIB – Produto Interno Bruto

LC –Lei Complementar

RAIS – Relatório Anual de Informação Social

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas

TR - Taxa referencial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivo Específico	12
1.2.3	Justificativa	12
1.2.4	Metodologia	12
1.2.5	Estrutura do trabalho	13
2	AS PEQUENAS EMPRESAS E AS MICROEMPRESAS NO BRASIL.....	15
2.1	DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA.....	15
2.2	A MPE NA ECONOMIA BRASILEIRA	15
2.3	A MICROEMPRESA E O EMPREENDEDORISMO	19
2.4	CLASSIFICAÇÕES DAS EMPRESAS	19
2.4.1	Tipos de Negócio	20
2.4.2	Número de Funcionários.....	20
2.4.3	Faturamento.....	21
3	CICLO DE VIDA DAS PEQUENAS E DAS MICROEMPRESAS	23
3.1	MORTALIDADE DA MICROEMPRESA.....	23
3.2	PRINCIPAIS CAUSAS DA MORTALIDADE DAS EMPRESAS.....	24
3.2.1	Fatores internos ou de gestão	24
3.2.2	Fatores externos ou conjunturais.....	25
3.2.3	Motivos para o Fechamento.....	26
3.3	PRINCIPAIS BARREIRAS PARA AS MPEs EM 2013	27
3.4	CONFRONTOS DAS PESQUISAS	30
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	32
4	A NECESSIDADE DE CRÉDITO E A MICROEMPRESA	33
4.1	CAPITAL DE GIRO.....	33
4.2	INVESTIMENTO FIXO.....	34
5	MODALIDADES DE FINANCIAMENTO PARA MICROEMPRESA	36
5.1	MERCADO FINANCEIRO	36
5.1.1	Mercado de Crédito.....	36

5.1.2 Mercado de Capitais	37
5.2 MICROCRÉDITO.....	37
5.3 FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO.....	38
5.3.1 Bancário.....	38
5.4 FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO.....	39
5.4.1 Sobre o BNDES	39
6 SIMULAÇÕES E ANÁLISE DE CRÉDITO PARA MICROEMPRESA	40
6.1 OFERTA DE CRÉDITO PARA CAPITAL DE GIRO	40
6.1.1 Banco do Brasil	40
6.1.2 Banco Itaú	42
6.1.3 Banco Caixa Econômica Federal	43
6.2 OFERTA DE CREDITO PARA INVESTIMENTO FIXO	44
6.2.1 BNDES.....	44
6.2.2 Banco do Nordeste	46
6.3 ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO.....	47
6.3.1 Capital de Giro	48
6.3.2 Investimento Fixo	51
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE A: SIMULAÇÃO DE FINANCIAMENTO BB GIRO RAPIDO	58
APÊNDICE: B SIMULAÇÃO DE FINANCIAMENTO CARTÃO BNDES	59
APENDICE C:Taxa Referencial de Juros - TR.....	61

1 INTRODUÇÃO

As MPE's são de fundamental importância na economia brasileira, sendo elas responsáveis pela maior parte da ocupação no mercado de trabalho. As empresas com faturamento de até R\$ 3,6 milhões foram responsáveis por 15,6 milhões de novos empregos entre 2000 a 2011, cerca de 52% dos empregos formais no país, um crescimento de 81% no período, de acordo com o Anuário do Trabalho das Micro e pequenas empresas - SEBRAE (2011).

Esse crescimento se deve principalmente às ME. Apesar desse crescimento, milhares de micro e pequenas empresas fecham todos os anos no Brasil, conforme descreve a pesquisa do SEBRAE (2010) sobre mortalidade das empresas. A taxa de mortalidade chega a 27% em empresas com menos de 1 ano, e isso se deve principalmente à competitividade dos novos negócios que são abertos diariamente.

Com a constante preocupação das empresas em relação à competitividade e para obter sucesso no segmento escolhido, é fundamental que a Microempresa saiba identificar o que lhe acarreta menos custos e o que pode maximizar o seu crescimento. Isso é possível com conhecimento prévio de seu faturamento suas perdas e sobre as modalidades de financiamento disponíveis para seu tipo de negócio.

Este trabalho foi desenvolvido especificamente para o interesse das microempresas, disponibilizando as taxas de mortalidade se o seu ciclo de vida, sua classificação, os tipos de negócios, suas principais necessidades de financiamento as modalidades existentes e abordando a melhor modalidade de financiamento para as mesmas de acordo com a menor taxa de juros aplicada.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O problema se forma ao analisar as diversas modalidades de financiamento ofertadas no mercado para microempresas e responder à seguinte questão:

- qual modalidade tem o menor custo (taxas) para investimento em capital de giro e investimento fixo?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar e compreender a oferta e a demanda de crédito para microempresas comparar a taxas e identificar quais instituições financeiras apresentam as melhores condições de financiamento a curto e longo prazo e a que possui o menor custo.

1.2.2 Objetivo Específico

Este trabalho tem por objetivo específico, demonstrar quais as características das modalidades de financiamento para as Microempresas, proporcionando uma reflexão teórica do funcionamento e aplicação dessas linhas de crédito.

Distinguir os tipos de empresas, explanar sobre suas composições, a mortalidades das ME a estrutura de capital, a legislação das empresas em especial das ME. Analisar as modalidades financeiras, as taxas aplicadas e processos de tomadas de crédito.

1.2.3 Justificativa

O presente trabalho pretende transmitir conhecimento sobre financiamento aos microempresários de maneira que possam identificar as modalidades mais adequadas as suas necessidades.

1.2.4 Metodologia

O presente trabalho trata-se uma pesquisa qualitativa que de acordo com Gil (2010), tendo a finalidade de interpretação dos fenômenos que não podem ser traduzidos em números, e visa a formulação de problemas mais explícitos ou a construção de hipóteses e, nesse caso, trata das modalidades financeiras.

A pesquisa qualitativa é particularmente útil como uma ferramenta para determinar o que é importante e o porquê. Esse tipo de pesquisa fornece um processo a partir do qual questões-chave são identificadas e perguntas são

formuladas, descobrindo o que importa para e porquê. Também é usado para identificar a extensão total de respostas ou opiniões.

Neste projeto utilizou-se uma pesquisa bibliográfica que, conforme Moresi (2003), trata-se de um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, jornais, revistas, redes eletrônicas, boletins, isto é, material acessível ao público em geral. São fontes primárias e secundárias desde que tenha sido escrito, transcrito filmado ou gravado. Este trabalho utiliza como principais fontes de referência bibliográfica e documental os sites de instituições financeiras públicas e privadas como o SEBRAE, Banco do Brasil, BNDES, Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, entre outras, que serão apresentadas no decorrer do trabalho.

A investigação documental, de acordo com BARROS (2007), é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza (biblioteca) e com pessoas (representantes financeiros e micro empresários), tais como: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, fotografias, folders e outros.

Partindo da visão dos autores acima citados, para elaboração deste trabalho foi realizada uma leitura crítica e reflexiva para a contextualização e desenvolvimento geral do trabalho e para evidenciar sobre algumas modalidades de financiamento disponíveis para microempresa.

1.2.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado em 7 capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais.

O primeiro capítulo apresenta a introdução sobre o tema, o problema da pesquisa, objetivos, justificativa e a metodologia utilizada.

O capítulo 2 apresenta as definições do que é microempresa, sua participação no cenário brasileiro e na economia, o empreendedorismo e a classificação das empresas.

O capítulo 3 e apresenta o ciclo de vida, sua mortalidade, e as principais barreiras para seu crescimento em duas pesquisas de fontes distintas além de um

breve confronto das pesquisas.

No capítulo 4 é apresentada uma análise da necessidade de crédito, a demanda de crédito para microempresa, seja ela para capital de giro ou para investimento fixo. O capítulo 5 apresenta a oferta de crédito por parte de algumas instituições financeiras nacionais públicas e privadas e suas taxas de juros.

No capítulo 6 são apresentadas algumas simulações de financiamento para ME, além de uma análise da oferta e da demanda por parte das empresas de crédito. E, por fim, o capítulo 7 apresenta uma breve consideração sobre o trabalho apresentado e sugestões para pesquisas futuras.

2 AS PEQUENAS EMPRESAS E AS MICROEMPRESAS NO BRASIL

Este capítulo apresenta os tipos de negócios dentro das empresas, a classificação das empresas por números de funcionários e por faturamento, uma breve definição de microempresa, sua importância na economia e o empreendedorismo.

2.1 DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi instituída em 14 de dezembro de 2006 (Lei Complementar Federal 123/2006) e define Microempresa como uma sociedade empresária, uma sociedade simples, uma empresa individual de responsabilidade limitada e o microempresário. São empresas devidamente registradas nos órgãos competentes, que auferam em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Se a receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, a sociedade será enquadrada como Empresa de Pequeno Porte.

Estes valores referem-se a receitas obtidas no mercado nacional. A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receitas de exportação, até o limite de R\$ 3.600.000,00.

A sobrevivência desses empreendimentos é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do País. E todos os estudos no Brasil mostram que os dois primeiros anos de atividade de uma nova empresa são os mais difíceis, o que torna esse período o mais importante em termos de monitoramento da sobrevivência, conforme afirma o SEBRAE (2010) em seu estudo intitulado “Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas”.

As empresas de pequeno porte incluem as pequenas empresas individuais, como as pequenas firmas que possuem até cem empregados. No geral essas empresas diferem bastante das grandes corporações com relação à estrutura e às operações mencionadas na mídia empresarial.

2.2 A MPE NA ECONOMIA BRASILEIRA

De acordo com o SEBRAE (2011), no Brasil são criados anualmente mais

de 1,2 milhões de novos empreendimentos formais. Desse total, mais de 99% são micro e pequenas empresas e Empreendedores Individuais (EI). Isso, em números reais, corresponde a 5,7 milhões de MPEs.

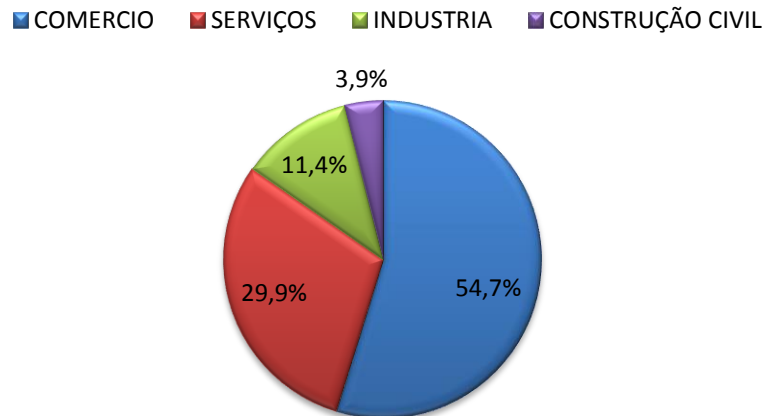
Em pesquisa mais recente, as MPEs são responsáveis por 60% dos 90 milhões de empregos no país, de acordo com o Portal Brasil (2013), ou seja, mais da metade dos empregos com carteira assinada no país, e sua participação do PIB chegou a 20%, o que corresponde a 700 bilhões de reais conforme os dados divulgados. Se somarmos a isso a ocupação que os empreendedores geram para si mesmos, pode-se dizer que os pequenos empreendimentos são responsáveis por, pelo menos, dois terços do total das ocupações existentes no setor privado da economia.

Conforme o SEBRAE (2012) afirma, o bom desempenho da economia brasileira na última década, aliado às políticas de crédito, vem impulsionando a ampliação das micro e pequenas empresas (MPE's) no país, e confirmam a expressiva participação na estrutura produtiva nacional.

Entre 2000 e 2011, verificou-se um aumento do número de estabelecimentos das MPE's e do emprego gerado por estes estabelecimentos. Juntamente com esse movimento de formalização de toda a economia, cresceram também os empregos com carteira de trabalho assinada, assim como, o rendimento médio recebido de acordo com o SEBRAE (2012).

Desde que se iniciaram as primeiras pesquisas, no ano de 2000, sobre MPE, o quadro de participação por setores tem passado por diversas alterações. A seguir serão ilustradas, através de 3 (três) gráficos produzidos com informações do "Anuário do trabalho SEBRAE 2012" essas mudanças e será realizado uma análise comparativa com as principais alterações da participação por setores nos anos de 2000 e 2011, ano da primeira e última pesquisa respectivamente.

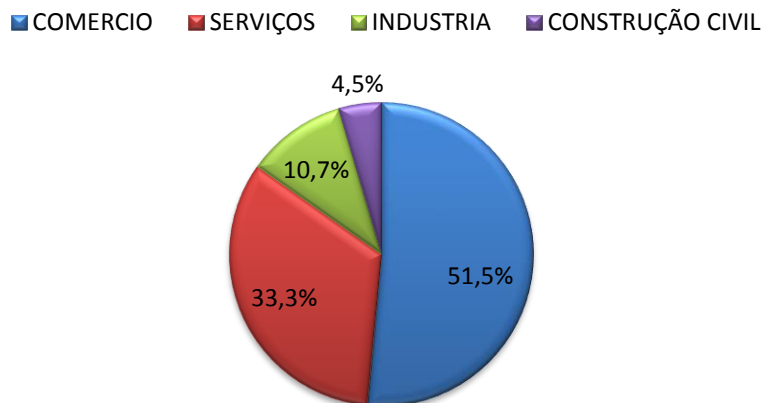
Gráfico 1: Distribuição das MPE's por Setores em 2000



Fonte: elaborada pelo autor com base no Anuário do Trabalho SEBRAE (2012).

De acordo com o SEBRAE (2012) se ilustra no Gráfico 1: no ano de 2000 o setor de Comércio era o que possuía a maior concentração de MPE's com uma taxa de 54,7 % no período, a segunda maior concentração era o setor Serviços com 29,9%, seguido por a Indústria com 11,4% e o Comércio com 3,9%.

Gráfico 2: Distribuição das MPES por Setores em 2011

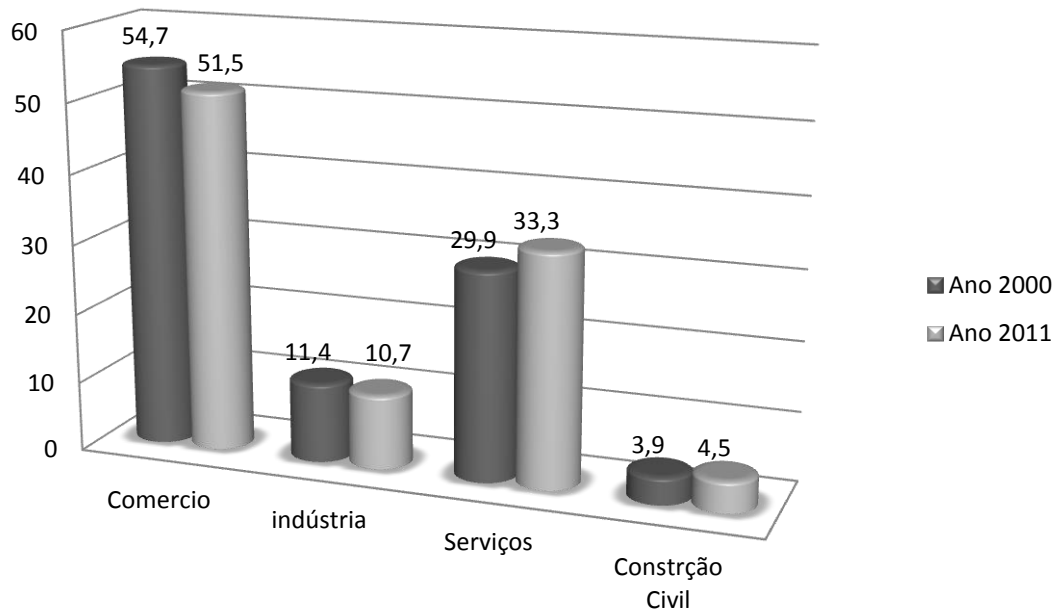


Fonte: elaborado pelo autor com base no Anuário do Trabalho SEBRAE (2012).

Nota-se, a partir do gráfico 2, que as MPE's estão concentradas sobre maneira no setor de comércio, que agrega 51,5% do número de micro e pequenas empresas. A seguir vêm o setor de serviços 33,3%, a indústria 10,7% e a construção civil com 4,5%. Quando se comparam essas informações com as apresentadas no

início da apuração em 2000, podemos identificar e verificar na distribuição das microempresas, algumas diferenças que chamam a atenção, conforme demonstra o gráfico comparativo a seguir:

Gráfico 3: Comparativo da distribuição entre os anos de 2000 e 2011



Fonte: elaborado pelo autor com base no Anuário do Trabalho SEBRAE (2012).

No Gráfico 3 pode-se identificar o avanço da participação do setor de Serviços que subiu de 29,9%, no ano de 2000, para 33,3%, em 2011, um aumento de 3,4 %. O aumento real é equivalente a 11,3% sobre a primeira taxa. A Construção Civil teve aumento de 3,9%, no ano de 2000, para 4,5%, em 2011, um aumento de 0,6 % e um aumento real de 15,4 %. Em contrapartida outros 2 setores tiveram redução no mercado: o setor de comércio reduziu sua participação que era, em 2000, de 54,7% para 51,5%, em 2011. Queda de 3,2% com uma redução real de 5,85%, e a indústria de 11,4%, em 2000, para 10,7%, em 2011, ou seja, queda de 0,7 % e uma redução real de 6,14%.

Com bases nas informações apresentadas, pode-se concluir que os setores de serviços e construção civil tiveram aumentos substanciais da sua participação nos mercados, que variou de 11,3% a 15,4% de aumento enquanto os setores de comércio e indústria tiveram um leve redução da sua participação que

variou de 5,85% a 6,14%, muito inferior se comparada ao aumento que obtiveram os outros setores.

2.3 A MICROEMPRESA E O EMPREENDEDORISMO

Para Evangelista et al. (2012), o empreendedorismo está diretamente relacionado às pequenas empresas e o ato de saber empreender pode ajudar a diminuição do alto índice de mortalidade relacionada à pequena empresa no Brasil. O empreendedor é capaz de desenvolver competências organizacionais, econômicas e sociais, e o ato de empreender vai além de identificar uma boa oportunidade no mercado. O comprometimento é algo que deve ser constante no empreendedor.

Chiavenato (2007) afirma que o empreendedor é o criador do negócio, o principal responsável por desenvolver e criar novidades relacionadas ao seu negócio, devido à sua engenhosidade. São os empreendedores os responsáveis por quebrarem as regras e assumirem os riscos.

Evangelista et al. (2012) comenta que os resultados das empresas são um reflexo ou uma tradução do comportamento dos colaboradores, principalmente os que são responsáveis pela criação e os que estão à frente da empresa. Dessa forma é perceptível a importância do empreendedor em prol da diminuição dos índices de mortalidade das ME.

É o empreendedor o grande responsável por analisar e mensurar as informações para tomada de decisões relacionadas a empresa. Com objetivo de se tornar um empreendedor de sucesso, o pequeno empresário ajuda a empresa no desenvolvimento de estratégias para tomar futuras decisões.

2.4 CLASSIFICAÇÕES DAS EMPRESAS

As empresas de um modo geral possuem suas denominações e classificações, além de serem feitas pelo seu faturamento e pelo número de funcionários, a seguir será realizado uma breve explanação sobre o assunto.

2.4.1 Tipos de Negócio

De acordo com Souza (2007), as empresas se dividem conforme o ramo de atividade no mercado. As empresas são definidas como: Comercial, Industrial ou de Serviços, sendo:

A empresa industrial recebe essa denominação desde que agregue mão de obra ao seu produto para transformar um insumo em um produto final para venda, mesmo que esteja acrescentando mão de obra para outra indústria e a mesma envolve controle de custos diferenciado de uma empresa comercial. Nesse caso, para se caracterizar uma indústria basta que haja a transformação de insumo em produto, seja ele intermediário ou final, caracterizando a empresa como indústria.

Uma empresa é considerada comercial quando o produto é vendido da mesma maneira como é adquirido sem que tenha a nenhuma necessidade de agregar valor ou serviço. O comércio é meramente um intermediário entre o produtor e o consumidor e é dessa forma que atua uma empresa comercial.

As empresas de serviços não comercializam produtos, e sim, como o próprio nome indica, prestam serviços. Porém nada impede que o façam, e serão classificadas em prestadoras de serviço ou comércio conforme a incidência do seu maior faturamento. Algumas empresas típicas de prestação de serviço são: estacionamentos, seguradoras, bancos, serviços de segurança, entre outras.

A empresa mista de negócios é comum incorporar mais de um ramo de atividade. Ela pode ser ao mesmo tempo empresa comércio, indústria e prestadora de serviço. Um exemplo de empresa mista é o restaurante, que transforma seus insumos em produtos para venda e então pode ser considerado uma pequena indústria e um comércio, por vender produtos sem que tenham passado por alguma transformação (ex.: bebidas em garrafa) além de ser prestadora de serviço, pois coloca o garçom à disposição do público.

2.4.2 Número de Funcionários

De acordo com o SEBRAE (2012), o critério adotado para classificação dos estabelecimentos segundo o porte foi definido por meio do texto: “Nota Metodológica para Definição dos Números Básicos de MPE”. Na referida nota técnica, o porte do estabelecimento é definido em função do número de pessoas

ocupadas e depende do setor de atividade econômica investigado, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Classificação das empresas por numero de funcionários

Porte/Setor	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa	Até 09	Até 19
Pequeno Empresa	De 10 a 49	De 20 a 99
Media Empresa	De 50 a 99	De 100 a 499
Grande Porte	Mais de 100	Mais de 500

Fonte: elaborado pelo autor com base no Anuário do trabalho SEBRAE (2012).

2.4.3 Faturamento

Segundo a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, conhecida como “Lei Geral da Micro e Pequena Empresa”, é uma Empresa de Pequeno Porte cujo empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta conforme tabela 2:

Tabela 2: Classificação das empresas por Faturamento

Porte	Faturamento Bruto Anual
Microempresa	Até R\$ 240.000,00
Empresa de Pequeno Porte	De: 240.000,00 a R\$ 2.400.000,00

Fonte: elaborado pelo autor com base informações do Site do Planalto (2014).

A partir de 1 de janeiro de 2012 entrou em vigor a LC 139/2011 e passou a abranger sobre o universo das MPE's, elevando o teto do Simples Nacional, de modo que o enquadramento das empresas passa a ser realizado conforme o critério exposto na Tabela 3.

Tabela 3: Classificação das empresas por Faturamento

Porte	Faturamento Bruto Anual
Microempresa	Até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte	De: 360.000,00 a R\$ 3.600.000,00

Fonte: elaborado pelo autor com base informações do Site do Planalto (2014).

De acordo com a LC nº 139/2011 é considerada microempresa ou empresa de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso desde que possua faturamento conforme informado na tabela 3.

Segmento importante dos pequenos negócios, as pequenas empresas encontram-se em estágio de desenvolvimento mais avançado. Atuam como elo fundamental no encadeamento produtivo: podem ser compradoras de produtos e serviços de microempresas e também fornecedoras para médias e grandes empresas.

A empresa de pequeno porte pode também ter origem como microempresa que se desenvolveu, e que continuará se desenvolvendo, até atingir o estágio de grande empresa. Por não estarem mais na “base da pirâmide das empresas” pressupõe-se que as EPP são frutos do chamado “empreendedorismo por oportunidade”, ou estão em estágio de amadurecimento total, já que suas atividades não mais se limitam ao fornecimento da subsistência do empresário e/ou sua família.

3 CICLO DE VIDA DAS PEQUENAS E DAS MICROEMPRESAS

O objetivo deste capítulo é apresentar o ciclo de vida de uma microempresa através de literatura e pesquisa relacionada ao cotidiano das entidades, demonstrando os tipos de modalidades e as causas de sua mortalidade.

3.1 MORTALIDADE DA MICROEMPRESA

Apesar do grau de importância econômica e social das pequenas empresas, a sua sobrevivência é uma questão constante em seu dia-a-dia. O panorama da sobrevivência das pequenas empresas pode ser definido pelas altas taxas de natalidade (abertura de novas empresas) versus as altas taxas de mortalidade (inatividade, fechamento ou falência).

A mortalidade das MPE's no Brasil tem sido uma grande preocupação da sociedade, particularmente por parte do governo e para as entidades que desenvolvem programas de apoio ao segmento de empresas de pequeno porte, como é o caso do SEBRAE.

Por isso, a importância de tomar conhecimento de informações para identificar as causas das taxas de mortalidade das empresas, visando à permanência das micro e pequenas empresas em atividade, é de grande relevância.

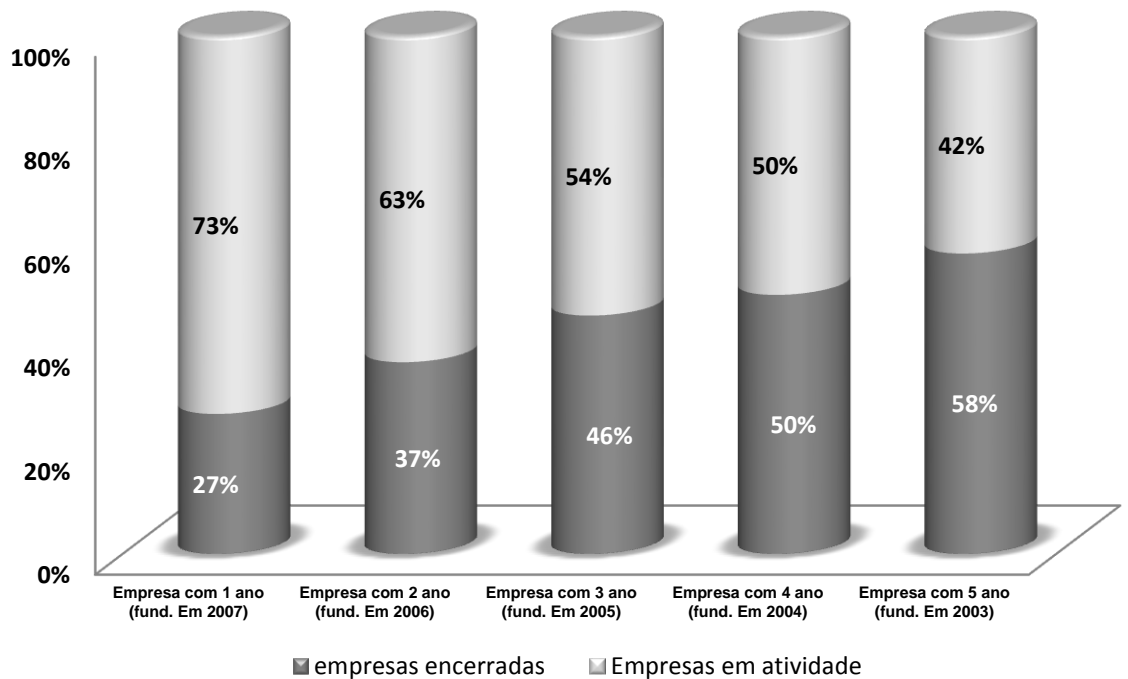
É muito comum se dizer que um grande percentual das pequenas empresas não sobrevive mais de um ano em atividade. Invariavelmente tais preceitos vêm confirmar a tese que o pequeno empresário muitas vezes não se comporta de fato como um empreendedor e acaba não utilizando ferramentas e fontes de informação à sua disposição, negligenciando o gerenciamento correto e se orientando por mera intuição, senão, pelo que seus antepassados lhe ensinaram.

Todavia, existem os empreendedores de sucesso, que administram seus empreendimentos com excelência, transformando suas pequenas empresas em capturadora de oportunidades, ultrapassando as várias dificuldades que afetam a pequena empresa.

O SEBRAE (2010) realizou uma pesquisa com uma amostra planejada de 3000 empresas, entre outubro de 2008 e maio de 2009, para investigar a mortalidade das empresas nos anos de 2003 a 2007, com clientes e não clientes do SEBRAE. Posteriormente, divulgou o resultado em documento intitulado "Doze anos

de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas” para a avaliação das taxas de mortalidade das micro e pequenas empresas no estado de São Paulo e identificação dos fatores causais da mortalidade.

Gráfico 4: Taxa das mortalidades das empresas no estado de São Paulo



Fonte: SEBRAE (2010).

Conforme o mostra o gráfico 4, as taxas de mortalidade verificadas são: 27% para as empresas com até 1 ano de existência, 37% para as empresas com até 2 anos de existência, 46% para as empresas com até 3 anos de existência, 50% para as empresas com até 4 anos de existência e 58% para as empresas com até 5 anos de existência. (SEBRAE, 2010).

3.2 PRINCIPAIS CAUSAS DA MORTALIDADE DAS EMPRESAS

De acordo com o SEBRAE (2010) em pesquisa realizada entre os anos de 2003 e 2007 a mortalidade das empresas deve-se basicamente aos fatores internos ou de gestão e externos ou conjunturais que serão enfatizados a seguir:

3.2.1 Fatores internos ou de gestão

- Ausência de comportamento empreendedor (conhecimentos, habilidades e

- atitudes). Participação em cursos sobre empreendedorismo pode ajudar;
- Ausência de planejamento prévio, que pode ser melhorado com participação em cursos e um preparo mais apurado antes da abertura (maior tempo e maior profundidade no planejamento);
 - Deficiência na gestão empresarial depois da abertura continua presente e precisa ser solucionada, como por exemplo, aperfeiçoamento de produtos, fluxo de caixa, propaganda e divulgação, gestão de custos e busca de apoio ou auxílio. Participação em Cursos de Gestão de Empreendedorismo, em palestras e ações conjuntas com empresas do mesmo ramo, serão benéficas;
 - Problemas pessoais (que continuam sendo a causa que afeta muito as empresas), devido aos Sócios proprietários, com problema de saúde, problemas particulares, problemas com sócios, sucessão empresarial e vítimas de criminalidade. Maior profissionalismo, melhor divisão de tarefas, maior delegação de responsabilidade e separação da vida pessoal dos negócios podem reduzir esses impactos.

3.2.2 Fatores externos ou conjunturais

- Insuficiência de políticas de apoio está evoluindo positivamente, mas pode ser melhorada reduzindo o peso dos impostos e da burocracia, ampliando o crédito para a produção e maior acesso às compras governamentais;
- Problema de conjuntura econômica melhorou, mas é preciso ter continuidade no crescimento da economia, na estabilidade dos preços e na recuperação da renda dos trabalhadores.

Depoimentos dos empresários apontam as principais barreiras encontradas entre os anos de 2003 a 2007 na pesquisa realizada pelo SEBRAE e essas dificuldades são:

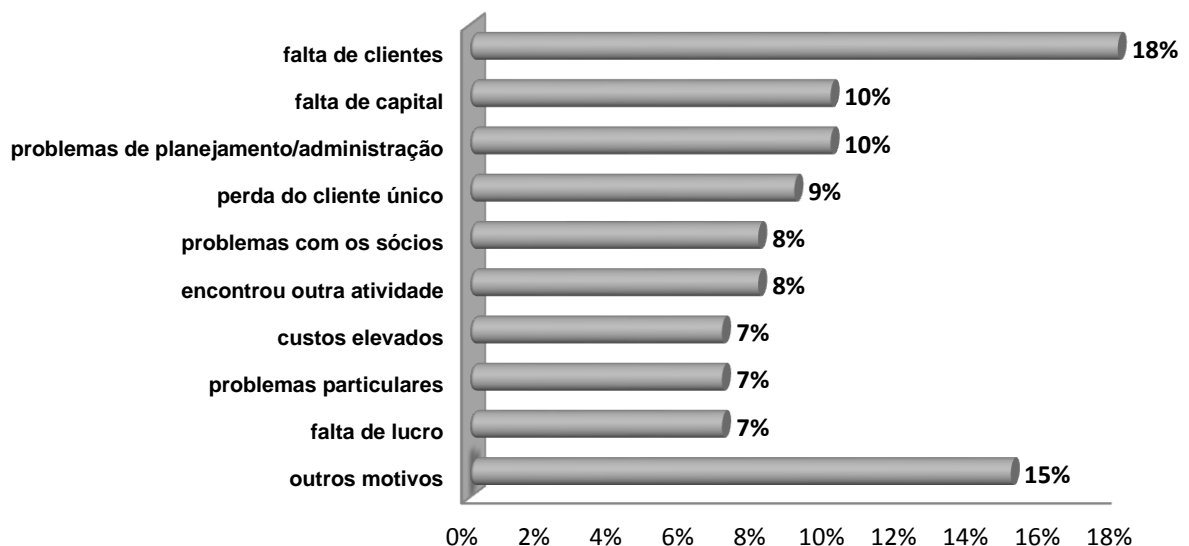
- Conseguir clientela devido à concorrência e à falta de experiência para formar uma carteira de clientes;
- Fazer com que os clientes se lembrem da empresa na hora da compra;
- Não ter um nome reconhecido;
- Não ter uma imagem associada à empresa;

- A difícil conquista dos primeiros clientes;
- Trazer mais clientes: trabalhar o marketing da empresa;
- Falta de recursos: o negócio exigia um capital maior que o disponível;
- Obter o lucro pretendido para manter um capital de giro satisfatório;
- As contas para pagamento; não ter um controle de caixa efetivo;
- Administração: ter outra atividade principal e não ter tempo para administrar o negócio;
- Administração: ter noção apenas da produção;
- Separar o patrimônio da empresa e o dos sócios: por vezes, são misturados; e,
- Não ter avaliado o mercado e não ter experiência para atuar na área.

3.2.3 Motivos para o Fechamento

Através do Gráfico 5 serão mostrados os principais motivos para o fechamento das empresas conforme descrito na pesquisa divulgada pelo SEBRAE 2010.

Gráfico 5: Motivos dados pelas empresas para o fechamento



Fonte: SEBRAE (2010).

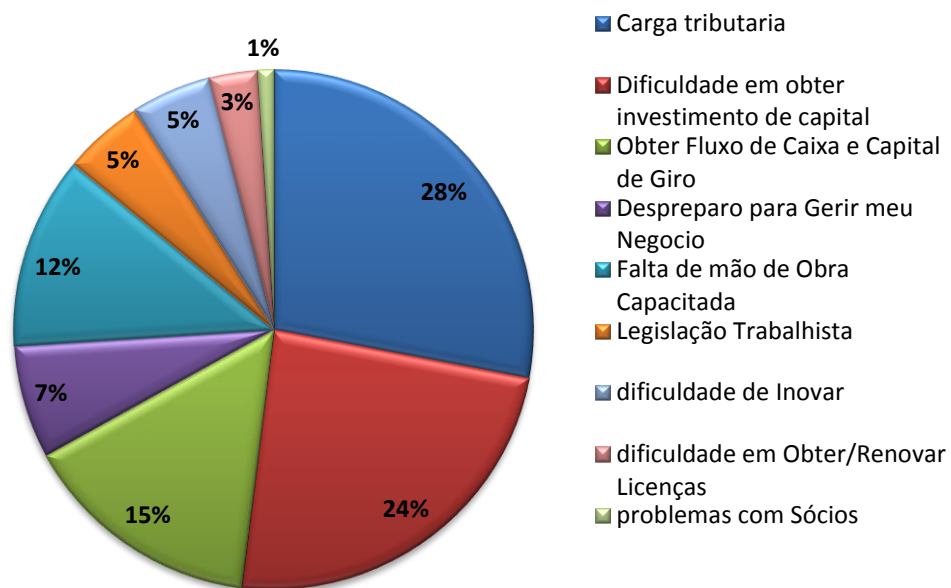
Conforme o mostra o gráfico 5, os principais motivos apresentados para o fechamento da empresa são em primeiro lugar com 18% a falta de clientes, depois vêm outros motivos 15 %, por exemplo falta de experiência ou doença. Em seguida

vem a falta de capital e problemas de planejamento/administração empatados com 10%, perda do cliente único com 9%, problemas com sócios e o encontro de outra atividade com 8% dos motivos e com 7% ficam custos elevados, problemas particulares e falta de lucro.

3.3 PRINCIPAIS BARREIRAS PARA AS MPEs EM 2013

De acordo com Tamamar (2014), pesquisa realizada com 1282 empreendedores, entre novembro e dezembro de 2013, mostra as maiores barreiras de crescimento das microempresas no Brasil conforme exposto nos gráficos do 6 ao 10 que expõem, respectivamente, cada barreira para o crescimento apontada na pesquisa.

Gráfico 6: Fatores Externos

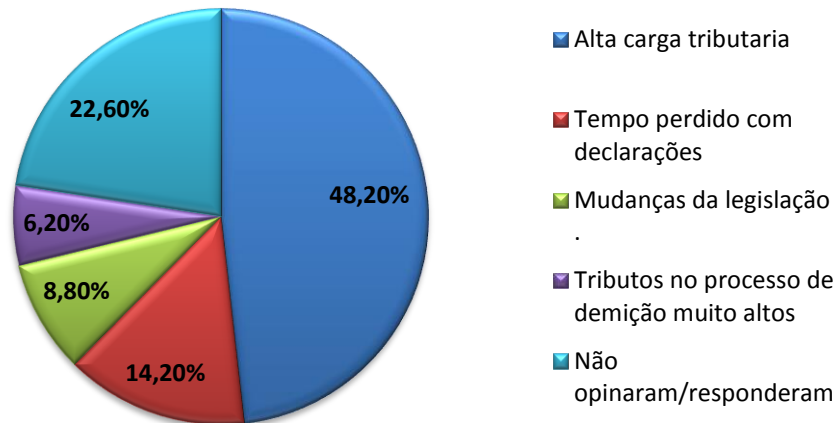


Fonte: elaborado pelo autor com base informações da autora Tamamar (2014).

De acordo com a pesquisa exposta no gráfico 6, há pelo menos três fatores externos fundamentais para o sucesso ou fracasso da jornada. Dentre os entrevistados 28% aponta a carga tributária, 24% aponta a dificuldade em obter investimento de capital, e 15% problemas em obter Fluxo de Caixa e Capital de Giro. Outros motivos apontados foram: Falta de mão de obra capacitada 12%, despreparo para Gerir próprio negócio 7%, dificuldades decorrentes da Legislação Trabalhista

5%, dificuldade para Inovar 5%, dificuldade em Obter/Renovar Licenças 3% e, por fim, problemas com Sócios 1%.

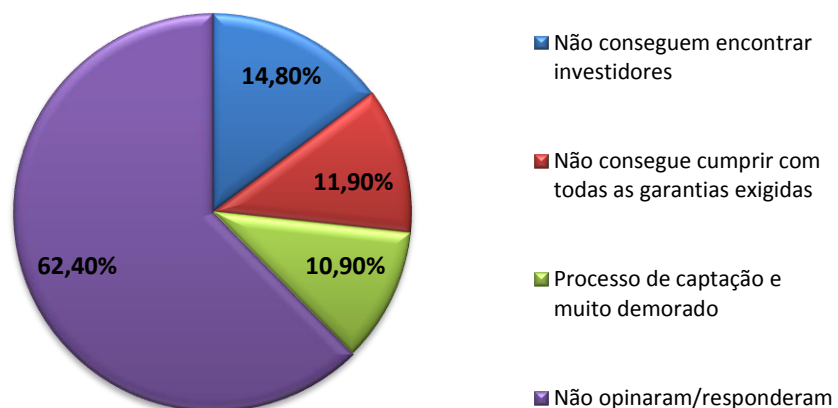
Gráfico 7: Ambiente Regulatório



Fonte: elaborado pelo autor com base informações da autora Tamamar (2014).

Outra informação levantada diz respeito ao Ambiente Regulatório, exposto no gráfico 7 e no qual 48,2% dos entrevistados apontam que a alta carga tributária torna as operações pouco rentáveis, 14,2% aponta que há muito tempo perdido com declarações; 8,8% dos entrevistados afirma que não conseguem acompanhar as mudanças da legislação e que isso afeta os negócios e 6,2% alega que os tributos que envolvem o processo de demissão são muito altos.

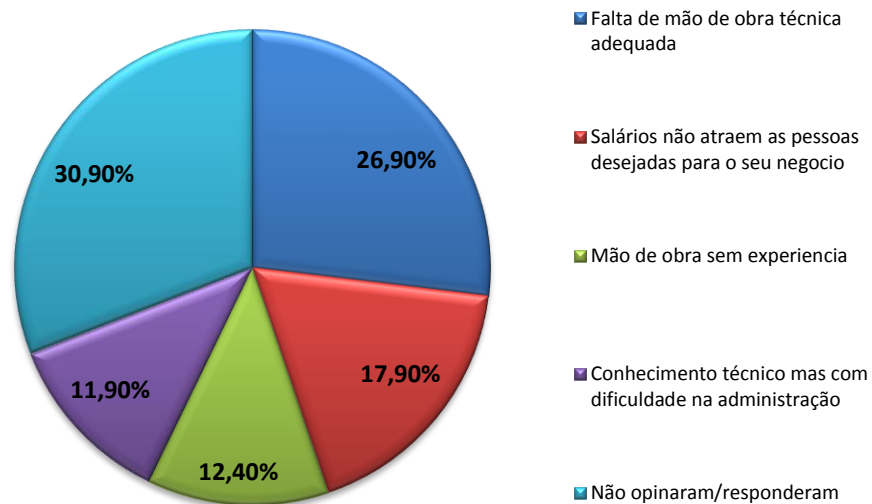
Gráfico 8: Acesso ao Capital



Fonte: elaborado pelo autor com base informações da autora Tamamar (2014).

Em relação ao acesso ao capital, o gráfico 8 mostra que 14,8% dos entrevistados informa que não conseguem encontrar investidores com interesses alinhados com os seus, 11,9% afirma não conseguir cumprir com todas as garantias exigidas e 10,9% afirma que o processo de captação é muito demorado.

Gráfico 9: Mão de Obra

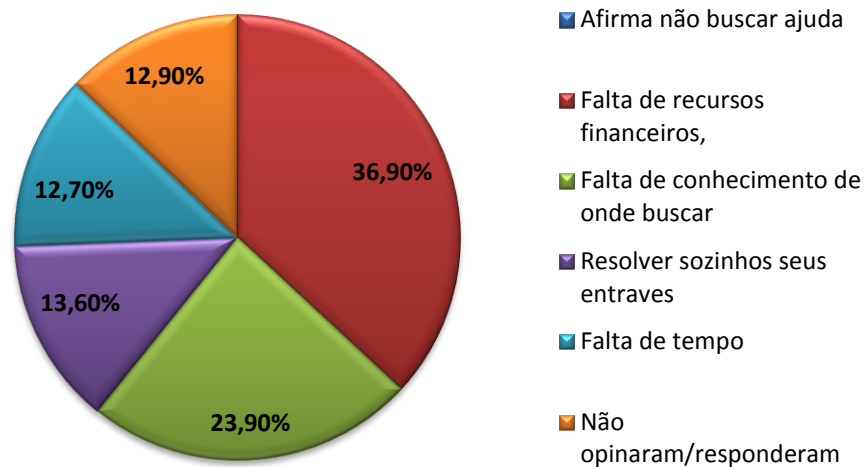


Fonte: elaborado pelo autor com base informações da autora Tamamar (2014).

Outro entrave está relacionado à mão de obra, como mostra o gráfico 9, em que a pesquisa aponta que 26,9% dos entrevistados não consegue encontrar mão de obra técnica adequada, 17,9% afirma que os salários que podem oferecer não atraem as pessoas desejadas para o seu negócio, 12,4% dos entrevistados afirma não encontrar pessoas com experiência suficiente e 11,9% afirmam ter conhecimento técnico, mas possuem dificuldade em administrar seu negócio no dia a dia.

Quando perguntado se costumam procurar ajuda para gerir seus negócios, 40% dos empreendedores afirma não buscar ajuda para resolver seu maior gargalo para crescer.

Gráfico 10: Por que não buscar ajuda



Fonte: elaborado pelo autor com base informações da autora Tamamar (2014).

Na pesquisa foi feita a pergunta: Mas porque não buscam ajuda? Conforme é exposto no gráfico 10, 36,9% dos entrevistados afirma não ter recursos financeiros, 23,9% diz não conhecer quem possa ajudar, 13,6% preferem resolver sozinhos seus entraves e 12,7% afirmam simplesmente não terem tempo.

A pesquisa também mostrou que 61,9% das empresas com faturamento acima de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) apontaram a carga tributária como principal problema, ante 20,72% das empresas que faturam menos de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Já 35,74% das Empresas que faturam menos de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) indicaram a dificuldade de conseguir investimento ante 14,29% das empresas com faturamento maior que R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

3.4 CONFRONTOS DAS PESQUISAS

Com base nas duas pesquisas sobre mortalidades apresentadas pelo SEBRAE (2010) e Tamamar (2014) pode-se fazer um breve confronto sobre os dados apresentados. Para efeito de comparação identificam-se algumas informações comuns e algumas barreiras para o crescimento que estão presentes em ambas as pesquisas.

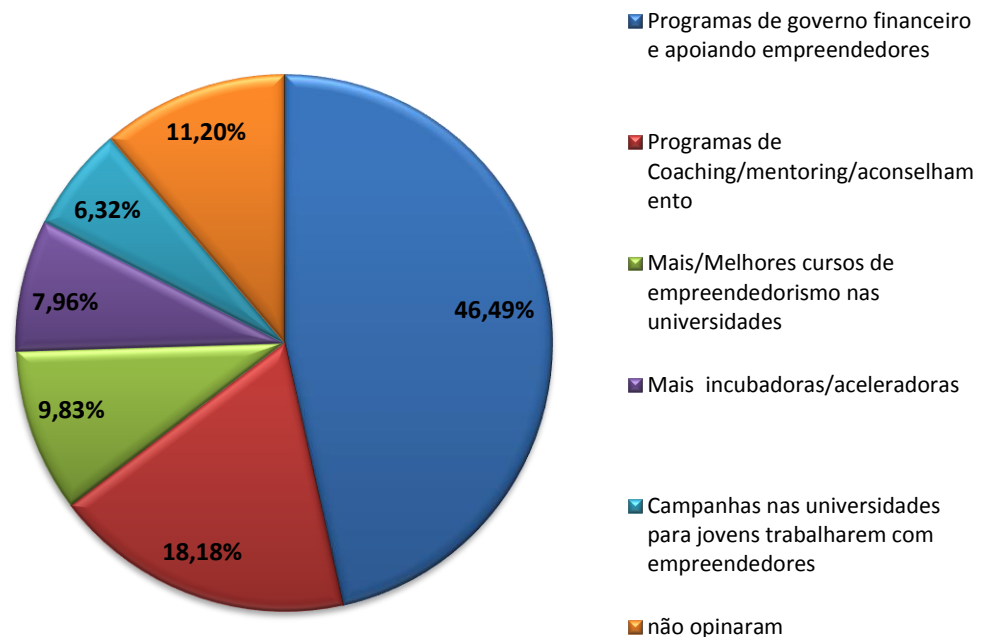
Entre as principais barreiras para o crescimento encontradas nas duas

pesquisas aparecem problemas com os sócios, que era de 8% das queixas na pesquisa do SEBRAE (2010) e reduziu para 1% dos entrevistados conforme consta na pesquisa divulgada por Tamamar (2014). A falta de experiência que foi apontada por 15% dos entrevistados na pesquisa do SEBRAE (2010) e por 7% dos entrevistados de acordo com Tamamar (2014). Nesse caso, pode-se concluir que apesar de ter tido uma queda na redução das queixas da falta de experiência esse é um dado que não pode deixar de ser levado em conta.

A queixa mais comum que teve aumento foi a falta de recursos financeiros, ou capital de giro, que em 2010 era de 10% dos entrevistados passou a ser de 36% em 2013, motivo esse que vem provocando a grande procura por crédito pelas microempresas.

Algumas sugestões podem ser adotadas pelas instituições públicas a respeito das barreiras para o crescimento das microempresas, como a própria pesquisa de Tamamar (2014) apresenta no gráfico 11:

Gráfico 11: Sugestões Apontadas



Fonte: elaborado pelo autor com base informações da Autora TAMAMAR (2014).

As principais sugestões dizem respeito, principalmente, à parte financeira das empresas como se pode ver no gráfico 11. De um modo geral, as sugestões apontadas pelos entrevistados para resolver esses entraves do crescimento são: programas de governo para apoio financeiro aos empreendedores, com 46,49% das

sugestões; a criação de programas de Coaching/mentoring/aconselhamento é apontada por 18,18% dos entrevistados; 9,83% pede maior oferta e melhores cursos de empreendedorismo nas universidades; 7,96% sugere a criação de mais incubadoras aceleradoras de negócios; 6,32% sugere campanhas nas universidades para jovens trabalharem com empreendedores.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo explanou-se sobre a participação das MPEs na economia brasileira, que como já informado contribuiu com 20% do PIB brasileiro, de acordo com relato do Portal Brasil (2014). Também foram apresentadas as definições das MPEs, a relação empreendedor e MPE, a classificação das empresas e as principais causas de mortalidade, em pesquisas distintas divulgadas pelo SEBRAE (2010) e Tamamar (2014).

Através do confronto das pesquisas identificou-se que uma das maiores queixas, entre os entrevistados nas 2 pesquisas, foi a falta de recursos financeiros ou Capital de Giro, que teve um aumento substancial de mais de 260%, no tempo que mediou as pesquisas. Esse aumento remete-se aos próximos capítulos e trata-se do tema central deste trabalho.

4 A NECESSIDADE DE CRÉDITO E A MICROEMPRESA

Este capítulo tem por finalidade analisar a demanda de crédito por parte das Microempresas que, como o SEBRAE (2010) aponta, são as necessidades para investimento em capital de giro e o investimento fixo, e apresentar uma breve definição sobre esses tipos de investimento.

4.1 CAPITAL DE GIRO

Souza (2007) afirma que capital de giro é o valor dos recursos envolvidos na movimentação diária da empresa. Para Assaf Neto (2010) o capital de giro corresponde a uma parcela do capital aplicado pela empresa em seu ciclo operacional, caracteristicamente de curto prazo, a qual assume diversas formas ao longo do seu processo de produção e de venda.

Para Souza (2007) o capital de giro da empresa é mais solicitado e em maior volume quando ocorrem excessos que conforme o autor afirma são grandes concentrações de pagamentos no mesmo dia, tais como: despesas com salário, locação, pagamento de contador etc; aumento do volume de estoque para ter melhores preços, ou mesmos atender outras necessidades; investimento em excesso em publicidades e Promoções que tenham valor muito alto.

Para Assaf Neto (2010) e para Souza (2007) a falta de capital de giro, por um período muito longo, leva a empresa fatalmente à insolvência. As causas mais frequentes da falta de capital de giro são provocadas por:

- Descontrole entre receita e pagamentos, com maior custo das compras, por necessidade de negociar maior prazo nos pagamentos;
- Concessão de maiores prazos nas vendas para conquistar mercado;
- Utilização excessiva de capital alheio e o seu elevado custo;
- Ausência de mercadoria no estoque, podendo ocasionar perda de vendas; e,
- Baixa rentabilidade líquida em função do dinheiro de terceiros.

4.2 INVESTIMENTO FIXO

O investimento fixo corresponde a todos os bens que são comprados para que o negócio possa funcionar de maneira apropriada, como os equipamentos, as máquinas, os móveis, os utensílios, as ferramentas e os veículos a serem adquiridos, como o explica no plano de negócio de Cielo et al. (2009).

De acordo com a CNI (2013), se uma empresa for fazer um investimento, compra de máquina, por exemplo, e necessita de recursos para aquisição de matérias-primas, mercadorias e demais despesas, existe uma linha de crédito chamada de Capital de Giro Associado a um Investimento Fixo.

O SEBRAE-RS (2010) recomenda que quando a Microempresa, for procurar instituições financeiras, deve ter definida a finalidade para qual será aplicado o crédito. Atualmente existem várias modalidades e tipos de crédito disponíveis para a microempresa, com taxas, formas de pagamento e garantias distintas.

O SEBRAE (2010) apresenta algumas das principais modalidades de financiamento à disposição das microempresas:

- Investimento Fixo: máquinas, equipamentos e obras civis;
- Investimento Fixo + Capital de Giro Associado: por exemplo, financiamento de uma máquina e necessidade de capital de giro para compra de matéria prima;
- Capital de Giro Puro: despesas com giro operacional de empresa, como compra de mercadorias, matéria prima, despesas administrativas, etc.

O profissional responsável pelas finanças da empresa é o administrador financeiro e é ele o responsável por cuidar da rotatividade do seu capital de giro, analisando o comportamento dos ciclos operacional, econômico e financeiro, e negociando junto das financiadoras de crédito a liberação dos empréstimos e financiamentos necessários para as empresas de acordo com a suas necessidades. Afirma Souza (2007), que quando a microempresa não dispõe da mão de obra desse profissional essas atribuições ficam sobre a responsabilidade do próprio empreendedor.

Como foi possível ver nos capítulos anteriores as principais limitações para o crescimento das MPE's são também as principais causas de mortalidade e

estão relacionadas à falta de investimento.

Como objetivo deste trabalho, o próximo capítulo irá tratar do seu tema chave: as modalidades de financiamento para a microempresa.

5 MODALIDADES DE FINANCIAMENTO PARA MICROEMPRESA

Souza (2007) afirma que a necessidade de financiamento de uma empresa vem da necessidade de completar o caixa da empresa, por falta de *capital de giro* próprio, é conhecida como *capital de terceiros*.

Para Hoji (2012), o empréstimo e financiamento são compostos, principalmente, por contas representativas de financiamentos bancários, títulos a pagar, adiantamentos de contratos de cambio, encargos financeiros a pagar, parcelas de empréstimos e financiamentos originalmente tomados a longo prazo para que se transformem em curto prazo, à medida que se aproximam dos vencimentos.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as operações financeiras, em especial as envolvidas neste trabalho, as modalidades de financiamento disponíveis para Microempresa, suas condições, as taxas de juro aplicadas pelas principais instituições públicas e privadas e, por fim, apresentar algumas simulações de financiamento.

5.1 MERCADO FINANCEIRO

De acordo com Braga (1989), o sistema financeiro nacional é formado por diferentes tipos de instituições financeiras, públicas e privadas. Em função da natureza e do prazo, as operações realizadas por essas instituições podem ser agrupadas em quatro grandes mercados: mercado de crédito, mercado monetário, mercado de câmbios e mercado de capitais. Disserta-se, em seguida, apenas do Mercado de crédito e do Mercado de capitais, pois são eles que fazem parte da composição deste trabalho.

5.1.1 Mercado de Crédito

O mercado de crédito envolve empréstimos e financiamentos de curto e médio prazo. Os recursos aplicados nessas operações provêm de depósitos captados pelas instituições financeiras, de repasses de linhas de crédito oficiais e de repasses de empréstimos contraídos pelas instituições no país e no exterior.

5.1.2 Mercado de Capitais

Mercado de capitais engloba operações de crédito de longo prazo e de transações com ações, debêntures e títulos públicos de longo prazo. Na prática os financiamentos de longo prazo provêm de duas únicas fontes: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Sistema Financeiro da Habitação.

5.2 MICROCRÉDITO

De acordo com Barone et al. (2002), microcrédito é a concessão de empréstimos de valores baixos destinados aos pequenos empreendedores informais e também às microempresas que não possuem acesso ao sistema financeiro tradicional, por não terem como oferecer garantias reais. Trata-se de um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

O microcrédito é disposto através da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003 que “Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, [...]”, conforme Art. 1º abaixo descrito:

Art. 1º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores parcela dos recursos oriundos dos depósitos a vista por eles captados, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 11.110, de 2005)

I - os tomadores dos recursos deverão ser:

a) pessoas físicas detentoras de depósitos à vista e aplicações financeiras de pequeno valor;

b) microempreendedores que preencham os requisitos estabelecidos para operações de crédito concedidas por entidades especializadas em operações de microcrédito; ou

c) pessoas físicas de baixa renda selecionadas por outros critérios; e

II - as taxas de juros efetivas serão limitadas, vedada a cobrança de quaisquer outras taxas ou despesas, à exceção de taxa de abertura de crédito.

BRASIL (decreto lei 10.735, de 11 de setembro de 2003).

De acordo com o texto, as garantias da operação ficam a critério de cada instituição financeira, admitindo-se aval solidário em grupo com, no mínimo, três participantes, alienação fiduciária e fiança.

5.3 FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO

Os negócios enquadram-se no financiamento de curto prazo quando têm por finalidade cobrir deficiência de fundos, quando a entrada de caixa não é suficiente para arcar com os custos relacionados ao aumento repentino das despesas como define Groppelli (2006).

Para Groppelli (2006) o objetivo desse tipo de financiamento é evitar o financiamento de longo prazo, dessa maneira, preenchendo temporariamente uma brecha deixada pela necessidade de financiamento da microempresa.

O autor ainda afirma que as empresas podem obter empréstimos de curto prazo de duas maneiras: empenhando-se na captação de recursos a curto prazo com a emissão de seu próprio título, (ex.: adiantamento de recebíveis) e captação de recursos externamente por intermédio de financiamento.

5.3.1 Bancário

De acordo com os Bancos Itaú (2014) e do Brasil (2014) o financiamento a curto prazo é a solução de capital de giro para qualquer necessidade financeira, é uma opção de empréstimo com pagamento parcelado, ideal para suprir as necessidades de caixa das empresas, que recebe o valor contratado de uma só vez e paga em parcelas, conforme o plano de pagamento escolhido.

Para essa modalidade de financiamento de curto prazo, o Banco Itaú disponibiliza o Capital de Giro automático pelo qual o empresário simula e contrata pelo Itaú Empresas na internet ou em caixas eletrônicas seus empréstimos de acordo com o limite pré-aprovado e a empresa recebe o crédito direto na conta-corrente, porém esta operação está disponível apenas para empresas com faturamento anual inferior a R\$ 6 milhões conforme descrito no site ITAÚ (2014).

O Banco do Brasil para essa modalidade de financiamento disponibiliza o BB Giro Rápido que, de acordo com o site BB (2014) afirma: a contratação é simplificada e tem a comodidade de realizar as liberações do crédito para a conta corrente da empresa diretamente pelos terminais de autoatendimento ou do próprio escritório dos seus correntistas, por meio do Gerenciador Financeiro. Essa modalidade combina Capital de Giro e Cheque especial na mesma operação.

5.4 FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO

De acordo com Ming (2010), existem quatro fontes de financiamento de longo prazo. A primeira delas é o BNDES que se abastece do Fundo de Assistência ao Trabalhador e do próprio Tesouro. Há, também, o Fundo de Garantia, que repassa recursos para a construção civil e obras de infraestrutura urbana. A outra é o mercado de ações, que fornece capital fixo para as empresas; e há também os empréstimos externos concedidos às empresas como o do Banco Nordeste.

Lima (2014) define financiamento a longo prazo como uma dívida que possua maturidade superior a um ano. É adquirida em instituições financeiras através da venda de títulos negociáveis ou empréstimos a prazo, que são vendidos a um número de credores institucionais e individuais. Empréstimos a longo prazo promovem a alavancagem financeira das empresas, sendo um componente desejável na estrutura de capital, desde que conceda a um menor custo de capital médio ponderado.

5.4.1 Sobre o BNDES

De acordo com Torres Filho e Costa (2013) o BNDES além de ser para financiamentos de longo prazo, seus créditos têm uma alocação muito concentrada no financiamento de despesas relacionadas com o investimento produtivo das empresas, como a construção de obras civis e como a compra de máquinas e equipamento. A respeito dessa instituição, Torres Filho e Costa (2013) afirmam que sua atuação é muito restrita. O Banco de Desenvolvimento detém uma participação elevada no crédito bancário, que em 2011, respondeu por quase 21% desse total, o que correspondia a mais de 10% do PIB.

6 SIMULAÇÕES E ANÁLISE DE CRÉDITO PARA MICROEMPRESA

Visando identificar quais instituições financeiras proporcionam as menores taxas e as melhores condições de financiamento, o presente capítulo tem por objetivo expor algumas simulações de financiamento e realizar uma breve análise dessas simulações.

Partindo de uma suposição que os valores que uma micro empresa necessita parte de um crédito de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), separando as necessidades em 2 tipos de investimento: capital de giro e investimento fixo.

As entidades de crédito que foram escolhidas para a análise de Capital de Giro são 3, sendo 2 Públicas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e 1 privada (Itaú).

Para simulação em investimento fixo utilizamo-nos de duas instituições que apresentavam as menores taxas para esse tipo de investimento, sendo as duas públicas (BNDES e Banco Nordeste). A escolha dessas instituições deu-se principalmente pelas taxas aplicadas, por se tratarem das maiores instituições do ramo e pela facilidade em obter informações pertinentes a esse trabalho.

Os valores e taxas que se apresentam a seguir foram adquiridos através de consultas diretas e simulações feitas nas instituições financeiras que estão sujeitas a alterações diárias.

6.1 OFERTA DE CRÉDITO PARA CAPITAL DE GIRO

A seguir será feita uma rápida explanação sobre as instituições financeiras escolhidas e suas opções de crédito, e sintetizar a opção que possui a menor taxa de juros para que seja feita uma simulação, em cada instituição bancária, do produto que possui as melhores condições.

6.1.1 Banco do Brasil

O Banco do Brasil (BB 2014) tem um setor de crédito exclusivo para empresas, com um leque de opções para Capital de Giro, formado pelos seguintes produtos:

- BB Giro Rápido
- BB Giro Automático
- Desconto de Cheques
- Desconto de Títulos
- Antecipação de Crédito ao Lojista – ACL Visa e ACL Visa Parcelado
- Antecipação de Crédito ao Lojista – ACL com Recursos do FAT
- Recebíveis Cartão a Realizar – ACL Fumaça
- Cheque Ouro Empresarial
- Conta Garantida BB
- BB Capital de Giro Mix Pasep
- BB Capital de Giro
- BB Giro Décimo Terceiro Salário
- BNDES Capital de Giro – PROGEREN
- FAT Giro Setorial

Identificou-se no site BB (2014) a melhor opção para Capital de giro o BB Giro Rápido, com o valor do Financiamento pretendido: R\$ 100.000,00 e o prazo do financiamento em 24 meses.

Nessa modalidade de crédito existe um valor a ser pago pela Tarifa de Contratação do serviço que é de R\$ 350,00 além do valor da IOF (imposto sobre operações financeiras) que no período apurado foi de R\$ 503,00.

No BB existem duas fórmulas com as quais são feitos os cálculos dos juros: uma sem o subsídio do FGO (Fundo de Garantia de Operações).

Sem FGO:

Taxa de Juros efetivos: 2,97% a.m.

CET Mensal: 3,57% efetivos ao mês.

CET Anual: 52,35% efetivos ao ano.

Com o subsídio do FGO verifica-se que a taxa é bem inferior:

Com FGO:

Taxa de Juros efetivos FGO: 1,76% a.m.

CET Mensal FGO: 2,56% efetivos ao mês.

CET Anual FGO: 35,45% efetivos ao ano.

Somando-se ao valor a ser pago por uma taxa de Comissão de Concessão de Garantia (CCG) que é de R\$5.381,44

As parcelas ficam da seguinte maneira:

Sem FGO:

24x sendo gradativo Primeira R\$ 7.137,67 e a Última R\$4.294,58

Com FGO:

24x sendo gradativo Primeira R\$ 5.927,67 e a Última R\$4.242,49

6.1.2 Banco Itaú

O Itaú Empresas (2014), setor que trata exclusivamente da Pessoa Jurídica, apresenta suas modalidades de crédito para Capital de Giro conforme descrito no site ITAÚ (2014), sendo estas:

- Capital de Giro pré-fixado;
- Giro pré
- Crédito Imediato
- Conta Garantida (com juros pré e pós fixados)
- Capital de Giro pós-fixado
- Capital de Giro automático

O Banco Itaú disponibiliza diversas modalidades para Capital de Giro e a cada modalidade utilizada surgem mais possibilidades de levantamento de capital de giro conforme afirma o site ITAÚ (2014).

Porém há duas modalidades que se destacam por apresentarem as menores taxas, e realizaram-se as simulações do: Itaú GIOPRÉ e Itaú GIOPRÉ Automático que se apresentam no resumo a seguir:

ITAÚ GIOPRÉ

As condições expressas no site ITAÚ (2014) para um valor financiado de R\$ 100.000,00 são:

Tarifa de contratação de R\$ 500,00 (0,49% do valor total da operação),

IOF R\$ 1.666,81 (1,63% do valor total da operação).

Valor em 24 parcelas R\$ 7.562,23

Taxa de juros remuneratório de 5,36%

Custo efetivo total (CET) 5,58 % a.m.

ITAÚ GIROPRE AUTOMATICO

Com o mesmo valor financiado de R\$ 100.000,00, as condições expressas no site ITAÚ (2014) para essa modalidade são:

Tarifa de contratação de R\$ 250,00 (0,25% do valor total da operação);

IOF R\$ 1.699,27 (1,67% do valor total da operação).

Valor em 24 parcelas R\$ 7.709,64

Taxa de juros remuneratório de 5,36%

Custo efetivo total (CET) 5,56 % a.m. e 93,18% a.a

Entre as duas condições expostas acima, a que possui o menor custo é o Itaú Giro Pré com uma diferença nas parcelas de R\$ 147,41 que no final representa uma economia de R\$ 3.537,84. E isso dentro da mesma instituição financeira.

6.1.3 Banco Caixa Econômica Federal

De acordo com o site CEF (2014), a Caixa Econômica Federal, disponibiliza algumas modalidades de crédito à microempresa com faturamento anual de até R\$ 7.000.000,00, com prestações mensais calculadas e debitadas em conta, essas modalidades são:

- GIROCAIXA Recursos PIS
- GIROCAIXA Recursos CAIXA
- GIROCAIXA Fácil
- Crédito Especial Empresa CAIXA – AMU
- Crédito Especial Empresa CAIXA – PRÉ OU PÓS
- Cheque Empresa CAIXA
- BNDES Capital de Giro – PROGEREN
- Cartão BNDES

Ainda conforme CEF (2014), os produtos destinados ao Giro de Caixa são três: o GIROCAIXA Fácil é para valores de Mínimo R\$ 1.000,00 e máximo R\$ 40.000,00; e o GIROCAIXA recursos PIS, de no máximo de R\$ 50.000,00, e, que dependendo da necessidade, esses dois recursos não se encaixariam. Sobrando o GIROCAIXA com Recursos CAIXA, que é o único que atende a necessidade para simulação.

GIROCAIXA com Recursos CAIXA é uma linha de crédito exclusiva para capital de giro, para Microempresas clientes da CAIXA, com financiamento máximo

de R\$ 200.000,00 e prazo para pagamento de 1 a 36 meses, podendo ter carência de até 6 meses, dependendo da modalidade utilizada.

As taxas aplicadas de acordo com a CEF (2014) são a partir de 1,49% a.m ou 17,88% a.a. + TR e também é obrigatória a participação dos sócios como CO-DEVEDORES e/ou acessória: garantias reais. Prestações mensais calculadas pelo Sistema Francês de Amortização – Tabela PRICE, atualizadas pela Taxa Referencial e debitadas na conta corrente da empresa.

Um empréstimo na Modalidade GIROCAIXA com Recursos CAIXA no valor de 100.000,00 com as taxas aplicadas em 24 parcelas fica em R\$ 5.146,84, com um valor total a ser pago de R\$123.524,16.

6.2 OFERTA DE CREDITO PARA INVESTIMENTO FIXO

A seguir é apresentada uma análise sobre as instituições financeiras escolhidas para o financiamento de Investimento Fixo, suas opções de crédito e sintetizando a opção que possui a menor taxa de juros, para que seja feita uma simulação em cada instituição bancaria.

6.2.1 BNDES

De acordo com Gitman (2010), o BNDES é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social responsável por financiamento de médio e longo prazo. Suas linhas de crédito contemplam financiamentos para investimento, para comercialização e máquinas e equipamentos novos.

Os recursos do BNDES são direcionados para:

- Construir, ampliar ou reformar/modernizar uma loja, galpão, armazém, fábrica, depósito, escritório, etc;
- Adquirir máquinas ou equipamentos, inclusive implementos agrícolas novos, desde que fabricados no Brasil;
- Produzir bens e serviços para exportação;
- Realizar benfeitorias em sua propriedade rural;
- Adquirir caminhão; e,
- Adquirir bens de produção.

Segundo informações contidas no site BNDES (2014) as linhas de crédito apresentadas são BNDES Automático e Cartão BNDES:

BNDES Automático – que Financia projetos de investimentos, com capital de giro associado, para implantação, ampliação, recuperação e modernização de empreendimentos. Sendo esse valor destinado para Microempresas com Receita Operacional Bruta Anual de até R\$ 1.200.000,00 e empresas de pequeno porte com Receita Operacional Bruta Anual de até R\$ 10.500.000,00.

Com um limite financiável de R\$ 10.000.000,00 a cada período de 12 meses. Com prazo de operação de até 8 anos.

A exigência é a fiança bancária, hipoteca, penhor, alienação fiduciária, fiança, aval, penhor de títulos, penhor de direitos creditórios, penhor de recebíveis, seguro-garantia, e outros tipos de garantia a critério do Banco.

Cartão BNDES é um produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, visa financiar os investimentos das microempresas. Empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 90 milhões, sediadas no País, de controle nacional, que exerçam atividade econômica compatível com as Políticas Operacionais e de Crédito do BNDES e que estejam em dia com o INSS, FGTS, RAIS e tributos federais.

Com o Cartão BNDES a microempresa efetua suas compras, exclusivamente no Portal de Operações do BNDES procurando os produtos que lhe interessam no Catálogo de Produtos.

O Bradesco, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banrisul, o Itaú, o Sicoob e o BRDE são as instituições financeiras emissoras do Cartão BNDES e a Cabal, Elo, Mastercard e Visa as bandeiras do cartão de crédito.

Suas condições são:

- Limite de crédito de até R\$ 1 milhão por cartão, por banco emissor;
- Prazo de parcelamento de 3 a 48 meses; e,
- Taxa de juros pré-fixada.

O Cartão BNDES é Isento de Anuidade. A taxa de abertura de crédito varia em cada instituição financeira, sendo que pelo BANCO DO BRASIL é de 1% do valor do limite de crédito na renovação ou contratação (mín. R\$ 10,00 e máx. R\$ 400,00).

O cálculo da taxa utilizada pelo Cartão BNDES é baseado na LTN-Letra do Tesouro Nacional.

Nas operações do Cartão BNDES não incide a cobrança de Imposto de Operações Financeiras (IOF).

A solicitação é feita através do Portal de Operações do Cartão BNDES ou nas agências dos Bancos Emissores: Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Sicoob (Sistema de Cooperativa de Crédito), BRDE (Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo sul).

O Cartão não pode ser emitido para Pessoas Físicas, exceto os empresários individuais e os produtores rurais que possuam CNPJ.

São mais de 200 mil itens de variados setores expostos no site www.cartaobndes.gov.br (2014), que vão desde computadores até motos, caminhões e utilitários, porém não financia Capital de Giro.

Com valor financiado de R\$ 100.000,00, a uma taxa de juros de 1,01 a.m. fica em 24 parcelas de 4.665,83. Taxa de juros anual de 11,69% a.a.

6.2.2 Banco do Nordeste

O Banco do Nordeste conta com os recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) conforme afirma o site da própria instituição Financeira BN (2014) e seus serviços oferecidos são:

- Cheque Empresa Conterrâneo
- Conta Empresarial Conterrâneo
- Giro Simples Conterrâneo
- Giro Insumos Conterrâneo
- 13º Empresarial Conterrâneo
- Agropecuária – FINAGRO
- Desconto de Duplicatas
- Desconto de Cheques Pré-Datados
- Desconto de Notas Promissórias

O seu melhor serviço de Crédito para Investimento é disponibilizado para linhas de Atividades Produtivas, comércio, indústria, serviços, turismo, agroindústria e franquias, com finalidade de financiar a implantação, expansão, modernização e a realocação de empreendimentos, a aquisição de máquinas, equipamentos e

veículos; e também a taxa de franquia.

O valor máximo é até o limite aprovado ou de acordo com o projeto de investimento.

As taxas de juros são:

- Contratações = 4,12% a.a.
- Bônus = 15%
- Taxa Resultante = 3,50% a.a

Prazo Máximo até 12 anos, incluídos até 04 anos de carência, de acordo com o projeto de investimento.

As garantias são:

- Hipoteca;
- Alienação;
- Penhor;
- Fiança; e,
- Aval.

O FNE é um instrumento de política pública federal operado pelo Banco do Nordeste que objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste. Criado em 1988, restringe esta linha de crédito para apenas 1.990 municípios situados nos nove estados que compõem a região Nordeste e no Norte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, incluindo os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

6.3 ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO

De acordo com SEBRAE-RS (2010) as principais necessidades de financiamento das microempresas são para aquisição de máquinas e equipamentos, matéria prima e para capital de giro.

Nesta seção faz-se uma breve análise das modalidades e das taxas de crédito apresentadas para capital de giro.

6.3.1 Capital de Giro

Tabela 4: Instituições Financeiras e suas taxas de juros para Capital de Giro

Entidade	Produto	Taxa a.m	Taxa a.a	Tarifas	Parcelas
BANCO DO BRASIL	BB Giro Rápido Sem FGO	2,97% a.m. CET 3,57% a.m	CET 52,35% a.a	Contratação R\$ 350,00 IOF R\$ 503,00	24x sendo gradativo Primeira R\$ 7.137,67 e a Última R\$ 4.294,58
	BB Giro Rápido Com FGO	1,76% a.m. CET 2,56% a.m	CET 35,45% a.a	Contratação R\$ 350,00 IOF R\$ 503,00	24x sendo gradativo Primeira R\$ 5.927,67 e a Última R\$ 4.242,49
ITAÚ	Itaú Giropré	5,36% a.m. CET 5,58 % a.m.	93,51% a.a	Contratação R\$ 500,00 IOF R\$ 1666,81	24x R\$ 7.562,23
	Itaú Giropré Automático	5,36% a.m. CET 5,56 % a.m.	93,18% a.a	Contratação R\$ 250,00 IOF R\$ 1699,27	24x R\$ 7.709,64
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	GIROCAIXA Fácil	1,49% a.m + TR Variação mensal CET 1,69%	19,56% a.a +TR CET 22,68	Contratação R\$ 1.000,00 IOF R\$ 1638,77	24x R\$ 5.146,84

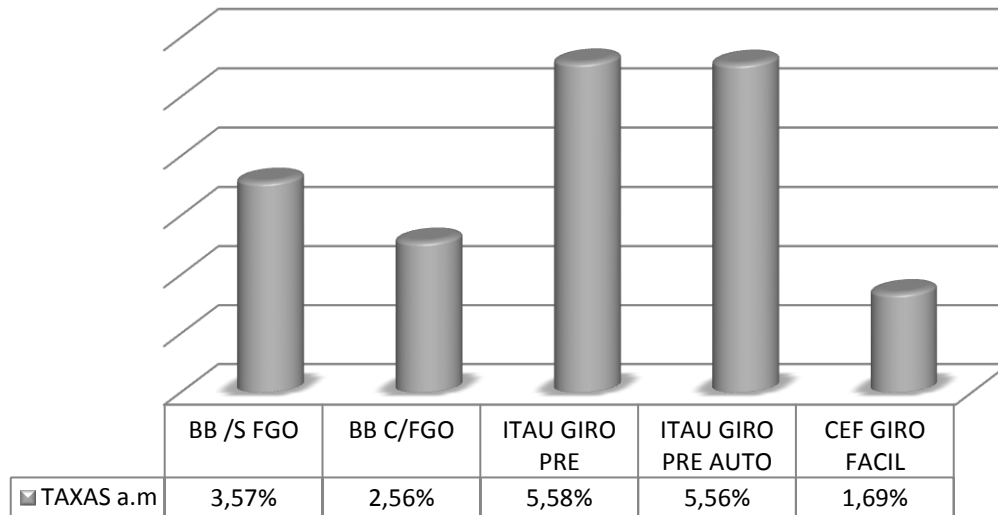
Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelas instituições financeiras

Conforme se observa na tabela 4, entre as instituições financeiras apresentadas que proporcionam financiamento para capital de giro a mais indicada é a Caixa Econômica Federal que apresenta taxa de juros a partir de 1,69 % a.m. somada a TR do mês de Maio de 2014 (0,0604), um pouco mais atrativa que o BB Giro Rápido com FGO que está em 2,56% a.m.

Ambas são estatais e os valores finais ficam muito próximos, por conta das taxas e encargos diferenciados. Já a instituição privada analisada, não dispõe de juros tão atrativos, porém é menos burocrática que as grandes estatais mencionadas.

Primeiramente comparando a taxa de Juros do mercado ao mês já com o Custo Efetivo Total calculado temos:

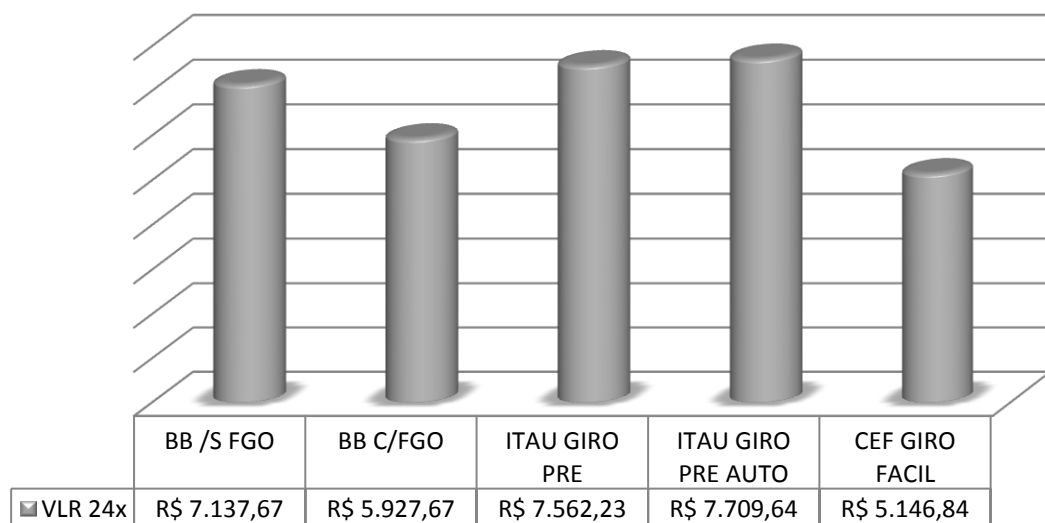
Gráfico 12: Comparativo de taxas a.m



Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelas instituições financeiras

Como dito anteriormente, pelas taxas apresentadas, a CEF é a mais atrativa, devido à sua taxa mais baixa como visualizado no gráfico 12, não só pela taxa, mas pela forma de parcelamento. Como pode ser observado no gráfico 13 a seguir.

Gráfico 13: comparativo valor em 24x

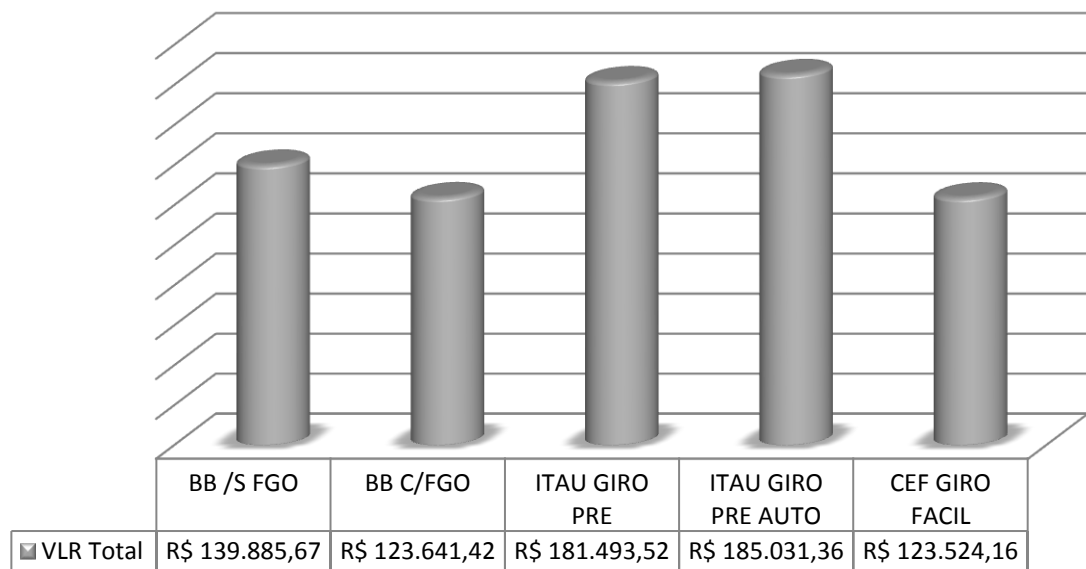


Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelas instituições financeiras

O valor proposto para simulação, como informado, foi de R\$ 100.000,00, parcelado em 24 parcelas, exposto no gráfico 13.

Os valores são próximos, apesar da taxa apresentada no Gráfico 12 mostrar uma diferença grande entre os produtos do Itaú e os Produtos do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Mas a diferença pode ser explicada observando o gráfico 14.

Gráfico 14: comparativo de valor total das parcelas



Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelas instituições financeiras

O valor total financiado dos produtos do Banco do Brasil quase não se diferencia do valor da Caixa Econômica Federal, cujo valor de juros apresentado era quase 1% menor. Isso se dá devido ao fato das parcelas serem decrescentes, iniciando em R\$ 5.927,67 e terminando em R\$ 4,242,49, no caso do BB Giro Rápido com FGO (conforme Apêndice A), deixando no final do plano um valor de diferença entre BB e CEF de apenas R\$ 117,30.

As exigências solicitadas por essas empresas são similares, o que consiste em serem correntistas, ser microempresa há mais de seis meses, colocar em fiança os Sócios e ou Bens entre outros.

A conclusão fica a critério de cada microempresa, sendo que no mercado existem pelo menos 35 entidades financeiras, que variam de 1,69% a 9,01% a.m. segundo o Bacen (2014).

Para capital de giro, até à data da publicação deste, os mais atraentes

são os produtos, Giro CAIXA Fácil e o BB Giro Automático do Banco do Brasil, sendo a CEF a melhor opção por como dito anteriormente.

6.3.2 Investimento Fixo

Tabela 5: Instituições Financeiras e suas taxas de juros para Capital de Giro

Entidade	Produto	Taxa a.m	Taxa a.a	Tarifas	Parcelas
BNDES	BNDES automático	Não Disponível	TJLP + 6,5% ao ano	Não Disponível	Não Disponível
	Cartão BNDES	1,01% a.m	11,69 % a.a.	De acordo com cada banco fornecedor	24x R\$ 4.665,83
BANCO DO NORDESTE	FNE	0,35% a.m.	4,12% a.a	Não Disponível	Não Disponível

Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelas instituições financeiras

Como mostra a tabela 5 entre as duas instituições financeiras que proporcionam financiamentos para aquisição de máquinas, equipamento e bens, a que apresenta a menor taxa é o Banco do Nordeste que aplica taxas a partir de 4,12% a.a. É uma diferença muito significativa se comparada ao BNDES que aplica taxas a partir de 11,69 a.a., porém existem restrições para aquisição de financiamento no Banco Nordeste e a principal delas é que, a empresa esteja sediada na região Nordeste do Brasil.

A baixa taxa de juros aplicada por essa instituição se deve ao fato de estarem subsidiadas pelo FNE e, se a microempresa atende a principal exigência e as garantias de pagamento como hipoteca, penhor e fiança, não há dúvida que este banco tem a menor taxa, porém não pode ser levada em conta por não atingir todo o território nacional.

O BNDES é de âmbito nacional e é o mais utilizado, principalmente nas regiões não abrangidas pelo Banco do Nordeste.

Apesar do Banco do Nordeste possuir as menores taxas, o BNDES é a melhor opção, por não estar restrito apenas a determinada região do Brasil e esta instituição trabalhar em parcerias com diversos bancos públicos e privados que são emissores do Cartão BNDES. Esta opção, como possui limite de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por cartão, é a melhor escolha para financiamento de médio o longo prazo, pois não possui as restrições aplicadas pelo Banco do Nordeste e não

tem as complicações burocráticas do BNDES Automático.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho explanou sobre as microempresas no Brasil e seu papel na economia brasileira, que de acordo com dados já apresentados corresponde a 20% de toda a riqueza produzida no Brasil, sua classificação, suas especificações, seu ciclo de vida e o processo de concessão de crédito, tanto para capital de giro quanto para aquisição de máquinas, equipamentos e matéria prima.

O problema da pesquisa foi identificar dentre as diversas modalidades de financiamento disponíveis (oferta) as melhores condições para microempresa e quais são as características dessas modalidades, para que possa atender a demanda das microempresas que precisam de crédito para investimento em capital de giro e investimento fixo. Identificada, entre as instituições de crédito estudadas, a que apresentou as melhores condições para investimento em capital de giro foi a Caixa Econômica Federal, com taxa de juros de 1,69% a.m., através do produto Caixa Giro Fácil, com recursos CAIXA. E para investimento fixo a melhor opção foi o Cartão BNDES, com taxa de juros de 1,01% a.m. Para chegar nessas taxas apresentaram-se as taxas aplicadas por 5 instituições distintas nas modalidades disponíveis, e as taxas de juros e prazos das modalidades mais atrativas, além das exigências para operações de crédito.

Como metodologia para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, além de fontes secundárias, onde foi possível dissertar sobre microempresas e suas classificações. Utilizou-se pesquisa documental e qualitativa para apresentar informações retiradas das instituições financeiras públicas e privadas estudadas e do SEBRAE. E, por fim, a pesquisa descritiva expôs as características das ME's e determinadas correlações sobre as instituições financeiras com apresentação de gráficos e tabelas para serem feitas análises sobre as ME's e as Instituições Financeiras.

Quanto ao resultado da pesquisa apresentado, pode-se inferir que os processos de concessões de crédito variam de acordo com cada instituição financeira, porém todas elas, sem exceção, exigem que o microempresário seja correntista para disponibilizar o crédito, as taxas de juros e os prazos são os mais variados tanto para empréstimo de curto como de longo prazo.

Identificou-se que, dentre as Instituições Financeiras analisadas, as que apresentam as menores taxas de juros para capital de giro e aquisição de bens e

serviços são respectivamente a Caixa Econômica Federal e o BNDES, como já mencionado anteriormente, podendo assim essas modalidades suprir a demanda das empresas por crédito.

Espera-se que o trabalho apresentado venha contribuir para o conhecimento dos leitores sobre as Microempresas e os financiamentos disponíveis.

Para trabalhos futuros o estudo dos financiamentos disponíveis para MPE's em outros países e a comparações dos financiamentos nesses países com o existentes no Brasil, identificando quais países possuem as melhores condições.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?sfn>>. Acesso em: 21 mai. 2014.
- BANCO DO BRASIL. **BB Giro Rápido**. 2014. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page44,108,3199,8,0,1,2.bb?codigoNoticia=91&codigoMenu=113&codigoRet=143&bread=1_1>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- BANCO DO NORDESTE. **Pequenas Empresas – Financiamentos**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Negocios_e_Investimentos/MPE/gerados/financiamentos.asp>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução a Microcrédito**. Conselho da Comunidade Solidária. Brasília. 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BLATT, A. **Avaliação de risco e decisões de crédito: um enfoque prático**. São Paulo: Nobel, 1999.
- BNDES. **Cartões BNDES**. Disponível em: <<https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/paginascartao/FAQ.ASP?Acao=T&CTRL=>>>. Acesso em: 25 mar. 2014.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.735 de 11 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito[...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.735.htm>. Acesso em: 14 mar. 2014.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto das micro e pequenas empresas de pequeno porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 04 mar. 2014>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 139, 10 de novembro de 2011**. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **GIROCAIXA**. 2014. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/pj/pj_comercial/mp/linha_credito/capital_giro/giro_caixa/index.asp>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CIELO, Ivanete Daga et al. **Plano de Negócios: planejando seu negócio**. Projeto gerarti 2009. Disponível em: <<http://projetos.unioeste.br/projetos/gerart/apostilas/apostila4.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CNI - Confederação Nacional das Indústrias. **Capital de Giro: como as micro e pequenas empresas podem se beneficiar**. 2013. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/Adm/FCKimagens/file/Conselhos/2013/MAR%C3%87O/CAPITAL_DE_GIRO-%20-%20Cartilha%20CNI.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2014.

EVANGELISTA, Armino Aparecido et al. **EPE: Empreendedorismo e Pequena Empresa**. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2012.

FILHO, Ernane Teixeira Torres; COSTA, Fernando Nogueira da. **Financiamento de Longo Prazo no Brasil: um mercado em transformação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GROPPELLI, A. A. Ehsan Nikbakht. **Administração financeira**. Trad. Célio Kmil Moreira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ITAU - ITAU EMPRESAS. **Financiamento a Curto Prazo**. 2014. Disponível em: <<https://www.italu.com.br/empresas/creditos-financiamentos/curto-prazo/capital-giro/>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

LIMA, Arievaldo Alves de. **Fontes de Financiamento de Empresa e Uso de Capital de terceiros**. Universidade Virtual de ADM 2014. Disponível em: <http://www.grupoempresarial.adm.br/download/uploads/Fontes%20de%20Financiamento%20-%20Capital%20de%20terceiros_M1_AR.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2014.

MING, Celso. **Fontes de Financiamento de Longo Prazo**. Economia e Negócios. O Estado de S. Paulo, Coluna do Ming Online. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/celso-ming/2010/08/20/fontes-de-financiamento-de-longo-prazo/>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de

Brasília – UCB, 2003.

PORTAL BRASIL - **Crédito para micro e pequenos empresários tem juros reduzidos** . Novembro/2009 - <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/credito-para-micro-e-pequenos-empresarios-tem-juros-reduzidos>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. **Mapa das micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/o-mapa-das-micro-e-pequenas-empresas>>. Acesso em: 17 mai. 2014.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, 2010-2011** – DIEESE. São Paulo. 2011. 4. ed. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/25BA39988A7410D78325795D003E8172/\\$File/NT00047276.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/25BA39988A7410D78325795D003E8172/$File/NT00047276.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2013.

_____. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, 2012**–DIEESE, São Paulo 2012, 5ª Edição . Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8cb2d324ffde890ece700a5fb073c4da/\\$File/4246.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8cb2d324ffde890ece700a5fb073c4da/$File/4246.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. **SP. Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de Empresas**. Agosto/2010. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/mortalidade_12_anos.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 2000.

SOUSA, Almir Ferreira de; CHAIA, Alexandre Jorge. **Política de crédito**: uma análise qualitativa dos processos em empresas. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/v07-3art02.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

SOUZA, Antonio. **Gerência financeira para micro e pequenas empresas**: um manual simplificado. 5. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TAMAMAR, Gisele. **Entrave para todos os portes e bolsos. O Estado de S. Paulo**, São Paulo, PME, 26 mar. 2014.

APÊNDICE A: SIMULAÇÃO DE FINANCIAMENTO BB GIRO RÁPIDO

SIMULADO BB CREDITO RÁPIDO, VALOR R\$ 100.000,00 em 24 Meses							
Parcela	Data do Pagamento	Amortização de Principal	Pagamento de Encargos	Pagamento de Encargos com FGO	Prestação Total	Prestação Total com FGO	Saldo Devedor
TOTAIS		100.000,00	39.885,67	23.641,42	139.885,67	123.641,42	
	01.04.2014	0,00	2.178,73	1.291,40	2.178,73	1.291,40	100.000,00
1ª	01.05.2014	4.166,67	2.971,00	1.761,00	7.137,67	5.927,67	95.833,33
2ª	01.06.2014	4.166,67	2.942,12	1.743,88	7.108,78	5.910,55	91.666,67
3ª	01.07.2014	4.166,67	2.723,42	1.614,25	6.890,08	5.780,92	87.500,00
4ª	01.08.2014	4.166,67	2.686,28	1.592,24	6.852,95	5.758,90	83.333,33
5ª	01.09.2014	4.166,67	2.558,36	1.516,42	6.725,03	5.683,08	79.166,67
6ª	01.10.2014	4.166,67	2.352,04	1.394,12	6.518,71	5.560,79	75.000,00
7ª	01.11.2014	4.166,67	2.302,52	1.364,77	6.469,19	5.531,44	70.833,33
8ª	01.12.2014	4.166,67	2.104,46	1.247,37	6.271,12	5.414,04	66.666,67
9ª	01.01.2015	4.166,67	2.046,69	1.213,13	6.213,36	5.379,80	62.500,00
10ª	01.02.2015	4.166,67	1.918,77	1.137,31	6.085,44	5.303,98	58.333,33
11ª	01.03.2015	4.166,67	1.617,54	958,77	5.784,21	5.125,43	54.166,67
12ª	01.04.2015	4.166,67	1.662,93	985,67	5.829,60	5.152,34	50.000,00
13ª	01.05.2015	4.166,67	1.485,50	880,50	5.652,17	5.047,17	45.833,33
14ª	01.06.2015	4.166,67	1.407,10	834,03	5.573,77	5.000,70	41.666,67
15ª	01.07.2015	4.166,67	1.237,92	733,75	5.404,58	4.900,42	37.500,00
16ª	01.08.2015	4.166,67	1.151,26	682,39	5.317,93	4.849,05	33.333,33
17ª	01.09.2015	4.166,67	1.023,34	606,57	5.190,01	4.773,23	29.166,67
18ª	01.10.2015	4.166,67	866,54	513,62	5.033,21	4.680,29	25.000,00
19ª	01.11.2015	4.166,67	767,51	454,92	4.934,17	4.621,59	20.833,33
20ª	01.12.2015	4.166,67	618,96	366,87	4.785,62	4.533,54	16.666,67
21ª	01.01.2016	4.166,67	511,67	303,28	4.678,34	4.469,95	12.500,00
22ª	01.02.2016	4.166,67	383,75	227,46	4.550,42	4.394,13	8.333,33
23ª	01.03.2016	4.166,67	239,33	141,86	4.406,00	4.308,52	4.166,67
24ª	01.04.2016	4.166,67	127,92	75,82	4.294,58	4.242,49	0,00

APÊNDICE: B SIMULAÇÃO DE FINANCIAMENTO CARTÃO BNDES

Formas de pagamento	CET*
3 parcelas de R\$ 33.668,87	6,20 % a.a.
4 parcelas de R\$ 25.378,10	7,48 % a.a.
5 parcelas de R\$ 20.403,98	8,35 % a.a.
6 parcelas de R\$ 17.088,18	8,97 % a.a.
7 parcelas de R\$ 14.719,98	9,44 % a.a.
8 parcelas de R\$ 12.944,05	9,80 % a.a.
9 parcelas de R\$ 11.562,95	10,10 % a.a.
10 parcelas de R\$ 10.458,24	10,34 % a.a.
11 parcelas de R\$ 9.554,54	10,54 % a.a.
12 parcelas de R\$ 8.801,60	10,71 % a.a.
13 parcelas de R\$ 8.164,62	10,85 % a.a.
14 parcelas de R\$ 7.618,76	10,98 % a.a.
15 parcelas de R\$ 7.145,79	11,09 % a.a.
16 parcelas de R\$ 6.732,04	11,19 % a.a.
17 parcelas de R\$ 6.367,07	11,28 % a.a.
18 parcelas de R\$ 6.042,75	11,35 % a.a.
19 parcelas de R\$ 5.752,65	11,43 % a.a.
20 parcelas de R\$ 5.491,65	11,49 % a.a.
21 parcelas de R\$ 5.255,58	11,55 % a.a.
22 parcelas de R\$ 5.041,05	11,60 % a.a.
23 parcelas de R\$ 4.845,25	11,65 % a.a.
24 parcelas de R\$ 4.665,83	11,69 % a.a.
25 parcelas de R\$ 4.500,83	11,73 % a.a.
26 parcelas de R\$ 4.348,59	11,77 % a.a.
27 parcelas de R\$ 4.207,69	11,81 % a.a.
28 parcelas de R\$ 4.076,91	11,84 % a.a.
29 parcelas de R\$ 3.955,21	11,87 % a.a.

30 parcelas de R\$ 3.841,67	11,90 % a.a.
31 parcelas de R\$ 3.735,52	11,93 % a.a.
32 parcelas de R\$ 3.636,05	11,95 % a.a.
33 parcelas de R\$ 3.542,66	11,98 % a.a.
34 parcelas de R\$ 3.454,81	12,00 % a.a.
35 parcelas de R\$ 3.372,03	12,02 % a.a.
36 parcelas de R\$ 3.293,90	12,04 % a.a.
37 parcelas de R\$ 3.220,03	12,06 % a.a.
38 parcelas de R\$ 3.150,09	12,08 % a.a.
39 parcelas de R\$ 3.083,79	12,09 % a.a.
40 parcelas de R\$ 3.020,84	12,11 % a.a.
41 parcelas de R\$ 2.961,00	12,13 % a.a.
42 parcelas de R\$ 2.904,04	12,14 % a.a.
43 parcelas de R\$ 2.849,78	12,16 % a.a.
44 parcelas de R\$ 2.798,02	12,17 % a.a.
45 parcelas de R\$ 2.748,60	12,18 % a.a.
46 parcelas de R\$ 2.701,36	12,19 % a.a.
47 parcelas de R\$ 2.656,17	12,21 % a.a.
48 parcelas de R\$ 2.612,89	12,22 % a.a.

Fonte: BNDES (2014)

*Custo Efetivo Total conforme Resolução 3.909 do Banco Central do Brasil, de 30/09/2010, expresso na forma de percentual anual. O CET apresentado é uma estimativa, levando em conta apenas a taxa de juros vigente no Portal de Operações do Cartão BNDES e os números de parcelas, podendo variar de acordo com a data efetiva da compra. O valor preciso do CET será informado pelo Banco emissor do Cartão BNDES em sua fatura mensal.

Atenção: as parcelas das transações deverão ser iguais ou superiores a R\$ 100,00, exceto nas transações efetuadas em 3 parcelas, para as quais não haverá valor mínimo.

APENDICE C:Taxa Referencial de Juros - TR

PERÍODO DE 01 A 01 DO MÊS SUBSEQUENTE

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado
1991	-	7,00	8,50	8,93	8,99	9,40	10,05	11,95	16,78	19,77	30,52	28,42	335,51
1992	25,48	25,61	24,27	21,08	19,81	21,05	23,69	23,22	25,38	25,07	23,29	23,95	1.156,22
1993	26,76	26,40	25,81	28,22	28,68	30,08	30,37	33,34	34,62	36,53	36,16	36,80	2.474,73
1994	41,44	39,86	41,85	45,97	46,44	46,88	5,03	2,13	2,44	2,56	2,92	2,87	951,19
1995	2,10	1,85	2,30	3,47	3,25	2,89	2,99	2,60	1,94	1,65	1,44	1,34	31,6207
1996	1,25	0,96	0,81	0,65	0,58	0,6099	0,5851	0,6275	0,6620	0,7419	0,8146	0,8717	9,5551
1997	0,744	0,6616	0,6316	0,6211	0,6354	0,6535	0,6580	0,6270	0,6474	0,6553	1,5334	1,3085	9,7849
1998	1,145	0,4461	0,8995	0,4720	0,4543	0,4913	0,5503	0,3749	0,4512	0,8892	0,6136	0,7434	7,7938
1999	0,516	0,8298	1,1614	0,6092	0,5761	0,3108	0,2933	0,2945	0,2715	0,2265	0,1998	0,2998	5,7295
2000	0,214	0,2328	0,2242	0,1301	0,2492	0,2140	0,1547	0,2025	0,1038	0,1316	0,1197	0,0991	2,0962
2001	0,136	0,0368	0,1724	0,1546	0,1827	0,1458	0,2441	0,3436	0,1627	0,2913	0,1928	0,1983	2,2852
2002	0,259	0,1171	0,1758	0,2357	0,2102	0,1582	0,2656	0,2481	0,1955	0,2768	0,2644	0,3609	2,8023
2003	0,487	0,4116	0,3782	0,4184	0,4650	0,4166	0,5465	0,4038	0,3364	0,3213	0,1776	0,1899	4,6485
2004	0,128	0,0458	0,1778	0,0874	0,1546	0,1761	0,1952	0,2005	0,1728	0,1108	0,1146	0,2400	1,8184
2005	0,188	0,0962	0,2635	0,2003	0,2527	0,2993	0,2575	0,3466	0,2637	0,2100	0,1929	0,2269	2,8335
2006	0,232	0,0725	0,2073	0,0855	0,1888	0,1937	0,1751	0,2436	0,1521	0,1875	0,1282	0,1522	2,0377
2007	0,218	0,0721	0,1876	0,1272	0,1689	0,0954	0,1469	0,1466	0,0352	0,1142	0,0590	0,0640	1,4452
2008	0,101	0,0243	0,0409	0,0955	0,0736	0,1146	0,1914	0,1574	0,1970	0,2506	0,1618	0,2149	1,6348
2009	0,184	0,0451	0,1438	0,0454	0,0449	0,0656	0,1051	0,0197	0,0000	0,0000	0,0000	0,0533	0,7090
2010	0,000	0,0000	0,0792	0,0000	0,0510	0,0589	0,1151	0,0909	0,0702	0,0472	0,0336	0,1406	0,6887
2011	0,071	0,0524	0,1212	0,0369	0,1570	0,1114	0,1229	0,2076	0,1003	0,0620	0,0645	0,0937	1,2079
2012	0,086	0,0000	0,1068	0,0227	0,0468	0,0000	0,0144	0,0123	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,2897
2013	0,000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0209	0,0000	0,0079	0,0920	0,0207	0,0494	0,1910
2014	0,112	0,0537	0,0266	0,0459	0,0604	-	-	-	-	-	-	-	0,2995

FONTES: Base de dados do portal Brasil® e Banco Central do Brasil. (*) O índice acumulado de 1991 é de apenas 11 meses.BCB (2014)